

EDITADO POR FRANCISCO PINTO BALSARÃO

ALVARO CUNHAL, ADRIANO DE CARVALHO, MANOEL NEBIL DE MULLER

REDAÇÃO: AV. BRASIL, 12.121 - J. 1 - SÃO PAULO - SP

Militantes do PC cercados em Aveiro

Trinta militantes do PC cercados em Aveiro...

Situação complicada na Batalha

O PC tem uma grande base de apoio...

Álvoro Cunhal no Cômico da UJC



A UJC da Associação Comunista UJC realizou ontem...

Equipa do M.E.S.A. pede demissão

PELOUZA pediu a demissão...

Academia Militar em reforma

UMA REFORMA profunda da Academia Militar...

Portela Filho fica no 'Jornal Novo'

NA REUNIÃO de um grupo de militantes...

Paragon na Lei Constitucional de Macau

ENCURTADA de 100 páginas...

PS no Porto sem incidentes apesar das proibições do COPCON

A PS no Porto realizou um grande comício...

Na cidade do Porto...

Na cidade do Porto...

Tendência crescente para Governo de "Unidade Nacional"

UMA TENDÊNCIA crescente para a formação...

UMA TENDÊNCIA crescente para a formação...

Em Coimbra...

Em Coimbra...

Em Coimbra...

Em Coimbra...

Em Coimbra...

Em Coimbra...

de sábado a quinta:

6 dias de agudização da crise

Documento

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelo preparam documento para o CR

UMA VEZ mais o grupo de militares...

Três e mais

Uma vez mais o grupo de militares...



Alguns dos militantes do PC...

TIRAGEM DESTA NÚMERO DO EXPRESSO

110 000 EXEMPLARES

OMEGA Speedmaster



OMEGA Speedmaster

24 horas

Militantes do PC cercados em Aveiro

TRINTA MILITANTES do PCP encontravam-se barricados na sede do seu partido em Aveiro, às 03.00 da madrugada de hoje. O cerco às instalações do PC havia principiado horas antes e fora realizado por algumas centenas de pessoas.

Elementos das Forças Armadas protegiam os barricados e tentavam, com êxito, convencer as pessoas a dispersar.

Situação complicada na Batalha

O PONTO mais quente da noite de ontem parece ter sido a Batalha, onde os ânimos se foram exaltando, obrigando as Forças Armadas a disparar tiros para o ar. Os incidentes terão começado com uma agressão a um funcionário da venda do vespertino "A Capital".

Com a chegada de pessoas de outras localidades, nomeadamente da Marinha Grande, a situação tendia a complicar-se, recendo-se que viesse a estender-se a outros pontos do distrito de Leiria.

Álvaro Cunhal no Comício da UJC



A UNIÃO das Juventudes Comunistas - UJC realizou ontem, no Pavilhão dos Desportos, um comício no qual interveio Álvaro Cunhal que fez um apelo aos jovens comunistas no sentido de se dedicarem activamente à vigilância popular.

Equipa do M.E.S.A. pede demissão

PEDIU ontem à tarde a sua demissão ao Primeiro Ministro, o coronel Augusto Fernandes, titular da pasta do Equipamento Social e Ambiente.

O coronel Fernandes, foi acompanhado na sua decisão, por toda a equipa do seu ministério, da qual faziam parte, o secretário de Estado das Obras Públicas, tenente-coronel de engenharia; Amadeu Garcia dos Santos, o secretário de estado do Ambiente, arquitecto Ribeiro Telles, e o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, engenheiro Ernesto Eduardo Pereira.

Academia Militar em reforma

EM REUNIÃO plenária da Academia Militar foi rejeitada uma proposta de reforma estrutural elaborada na Chefia do Estado Maior do Exército. Esta proposta foi debatida em vários sectores da Academia Militar. Entretanto, elementos da 5ª Divisão do EMGFA tinham defendido um outro esquema de reestruturação pondo maior acento na formação política.

Portela Filho fica no "Jornal Novo"

NA SEQUÊNCIA de um plenário de trabalhadores, foi votada uma moção de confiança a Artur Portela Filho no «Jornal Novo». Além da moção, aprovado por maioria, o plenário adoptou o Estatuto Editorial. Assim se encerra um curto período de crise na Direcção do «Jornal Novo».

Paragem na Lei Constitucional de Macau

ENCONTRA-SE praticamente pronta a Lei Constitucional de Macau, preparada pelo Governo Provisório. O ex-ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos orientava os trabalhos de orientação. A demissão deste ministro pode vir a afectar a sua prossecução.

Semana Nacional

Nomeada comissão para a Rádio Renascença

O CONSELHO da Revolução nomeou esta semana os três militares que deverão integrar o elenco da comissão administrativa que, futuramente, presidirá aos destinos da Rádio Renascença. A referida comissão será composta pelo coronel do Serviço de Administração Militar Rogério Chermont Bandeira que presidirá, pelo capitão de fragata Adolfo Figueiredo e pelo capitão da Força Aérea António P. Modesto.

No entanto, tudo indica que o patriarcado continue a contestar a decisão do C. R., reivindicando a integral devolução das instalações ao respectivo Conselho de Gerência.

Jorge de Brito em Tribunal

O CAPITALISTA Jorge de Brito, que controlava várias empresas ligadas ao Banco Intercontinental Português irá a julgamento por despacho do Juiz do 3.º Juízo de Instrução Criminal, onde estava a decorrer o processo.

Também foi pronunciado o eng.º Brás de Oliveira, em liberdade sob caução, ex-administrador da Sociedade Nacional de Tipografia («O Século»), empresa ligada ao BIP.

O ex-adjunto da administração, Leite da Costa e Cristiano de Moraes sustentaram-se do país, fugindo à alçada da Justiça.

Raul Rego vai dirigir um novo jornal

A ADMINISTRAÇÃO, Direcção e Redacção do jornal «República» vão sair com um novo jornal, que deverá ser publicado como matutino.

Neste momento está-se a preparar a saída do novo diário para dentro de três ou quatro semanas, esperando-se que venha a ser impresso nas oficinas gráficas da Mirandela.

Dinamização cultural em nova fase

NO PASSADO dia 16 a Comissão dinamizadora central da 5.ª Divisão do Estado-Maior-Genérico das Forças Armadas promoveu uma conferência de imprensa.

O diálogo foi aberto pelo próprio chefe da 5.ª Divisão, o capitão de mar-e-guerra Ramiro Correia, que se referiu aos ataques lançados «por forças bem definidas, no espaço político» e à crítica «dos cidadãos empenhados na reconstrução do país». Seguidamente frisou que «as campanhas de dinamização têm estado sempre ao lado das classes trabalhadoras, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, recebendo o apoio activo dos partidos políticos que integram militantes socialistas».

O comandante Begonha, eleito para coordenador daquele departamento enunciou os aspectos concretos da «acção exercida e abordou a terceira fase das campanhas, que será de total apoio às organizações unitárias de base, recentemente aprovadas pela Assembleia do MFA.

No final da conferência de imprensa, Ramiro Correia, referindo-se a algumas especulações que têm circundado os meios políticos, esclareceu que «os membros do Conselho da Revolução têm o vestimento correspondente ao posto que ocupam na hierarquia militar, não existindo quaisquer subsídios por venho como acontece com o antigo Conselho de Estado.»

Junta para a administração e desenvolvimento dos Açores

O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA diz a conhecer ao Conselho da Revolução o projecto do diploma que visa a criação duma junta para a administração e desenvolvimento da região dos Açores.

Em Conselho de Ministros decidiu-se convidar para presidente da Junta o actual comandante-chefe, general Altino de Magalhães.

A esta Junta caberá a coordenação e decisão executiva sobre os sectores da região e, ainda, definir localmente o estatuto de autonomia administrativa na sequência de trabalhos e propostas já anteriormente elaborados, apresentando-o ao Governo local.

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otel preparam documento para o CR

NA SUA REUNIÃO de hoje, o Conselho da Revolução debruçar-se-á sobre uma crise que, segundo vários observadores, é a mais grave verificada desde o 25 de Abril.

Crise, antes de mais, dentro do próprio MFA, espelhada pela dificuldade de entendimento entre as três «leiturais» que existem no Conselho da Revolução: uma considerada moderada, outra partidária da democracia popular, outra esquerdista. Não se poderá dizer que este pluralismo correspondia a um divisionismo irreduzível, mas é legítimo afirmar-se que têm apenas conseguido acordos de momento, como o demonstrar a solução de compromisso que parece ser o Plano de Acção Política (PAP) de 21 de Junho. Por isso, se têm sucedido tomadas de posição pessoais, quer do Primeiro-Ministro, quer dos outros elementos que põem dúvidas à sua permanência à frente do Governo. Por isso também, têm sido frequentes os apelos à unidade do Presidente da República. Por isso ainda, os generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otel Saraiva de Carvalho foram incumbidos de apresentar, na reunião de hoje do CR, um documento que vá além do PAP e permita criar uma plataforma concreta e duradoura para o futuro.

Os dois adiamentos da Assembleia do MFA (e a sua eventual recomposição), estão, aliás, li-

gados a esta situação de indefinição, bem como certo tipo de decisões, aparentemente desfezidas, uma das quais de relevante significado político, foi o anúncio, ontem à tarde pelo COPCON de vem face ao momento político actual, que se considera grave, em que é absolutamente indispensável a unidade de todos os portugueses verdadeiramente interessados no processo revolucionário em curso: decidir e libertar os responsáveis políticos do MRPP, sem mais sanções do que as já sofridas».

Tensões e boatos

Para além dos problemas que existem dentro do MFA (e cuja solução se afigura, neste momento, fundamental, para que quaisquer outros possam ser resolvidos — ver editorial pág. 10), sublinhe-se que, em diversos pontos do país, se verificam tensões políticas de várias ordens (ver págs. 3 e 4 e notícia nesta mesma página). Sedes do PC são atacadas em Rio Maior, na Lourinhã, no Cadaval. A agressividade verbal cresce entre os partidos, mesmo entre o PS e o PPD. O PS mobiliza os seus militantes à escala nacional, com diversos dos seus dirigentes espalhados pelo país, nomeadamente Mário Soares no Norte e Salgado Zenha no Sul, convergindo para Lisboa, onde, hoje, às 19.30 h, se realiza

uma manifestação-cómicio em frente da Fonte Luminosa.

Entretanto, nos últimos dias da semana, a habitual campanha de boatos começou a tomar vulto.

Na noite de quinta-feira, chegaram notícias de mobilização conjunta do PS, PPD, CDS, em Chaves, Braga, Guarda e Guimarães, mobilização que se afirmava ter como objectivo, o ataque a sedes do PCP, MDP, /CDE, PSP e MES. Na noite de quinta-feira, o MES chegou a emitir um comunicado, posteriormente desmentido por este movimento, de que na cidade de Chaves, militantes seus estavam a ser agredidos por elementos do PS, PPD e CDS, notícia que nos foi desmentida imediatamente, em contacto telefónico que tivemos, na altura, com o oficial de dia do Batalhão de Caçadores n.º 10, aquartelado nesta cidade.

Paralelamente a todas estas notícias não confirmadas, surge a notícia de que António de Spínola teria chegado a Paris, (o que não nos foi confirmado em contacto telefónico que mantivemos com aquela capital).

Fontes bem informadas referem, no entanto, que Alpoim Calvão foca visto durante as últimas 72 horas perto da fronteira portuguesa, na zona norte, ao mesmo tempo que se falava de uma concentração de forças não referenciadas, do outro lado da fronteira portuguesa, na área nordeste.

Multidões em fúria atacam em três frentes

NO DECORRER da noite e madrugada de quinta para sexta-feira registaram-se uma série de incidentes na Batalha, na Lourinhã e no Cadaval, que degeneraram em cenas de violência, acabando, na primeira das citadas localidades, por ter sido impedida uma reunião de moradores, convocada por elementos da linha PCP, ou a ela afecta, e agredidos alguns dos seus elementos.

Posteriormente, e ainda reportando-nos aos acontecimentos da Batalha, assinala-se que a multidão se dirigiu mais tarde a uma conhecida estalagem local agredindo os empregados com a justificação de que os mesmos se apressavam para tomar conta de edifício e saquear o proprietário.

Na origem destes incidentes, que marcam uma semana de revindicta partidária entre facções políticas que extremaram o seu campo nas posições ultimamente assumidas, estiveram envolvidas aproximadamente um milhão de pessoas.

Quanto às ocorrências da Lourinhã, em que intervieram cinco ou seis dezenas de indivíduos, elas saldaram-se pela destruição da sede do PCP, o mesmo acontecendo no Cadaval, onde este partido político viu sumir-se na fúria de dezenas de indivíduos armados de varapaus e outros instrumentos de força rudimentares, a sua terceira sede (Rio Maior, Lourinhã, Cadaval).

Tanto no Cadaval como na Lourinhã não apareceram elementos susceptíveis de clarificar a onda de vandalismo que se abateu sobre as instalações do PCP, embora possamos adiantar que ao fim da tarde de quinta-feira já corria insistentemente em Rio Maior — e os elementos afectos ao PCP devem ter-se apercebido disso — que as sedes nas localidades referidas foram ser assaltadas, como, de facto, sucedeu.

O balanço dos três acontecimentos aponta para vários feridos, alguns com gravidade, internados ou tratados no hospital de Leiria.

Contra golpe em Macau

A SITUAÇÃO em Macau parece agora esclarecida. Alguns militares das camadas mais jovens teriam mostrado descontentamento por não sentirem aplicado na íntegra o programa do MFA e o processo revolucionário em curso em Portugal. Determinada corrente política local tenta apostado esta atitude, explorando algumas contradições próprias do meio.

Entretanto o Governo teria esclarecido a situação baseado na linha política definida pelo Conselho da Revolução quando da recente visita a Lisboa de Governador coronel Garcia Leandro.

As contrárias do que foi anunciado por algumas fontes de informação, não exibiu qualquer implicação de comando militares de qualquer contra golpe, nomeadamente o comandante militar tenente coronel Maia Gonçalves, o Comandante n.º 2.º Comandante da P.S.P., respectivamente majores Lobo d'Ávila e Lopes Pinto, Chefe de Estado Maior, major Chito Rodrigues, Chefe da Repartição de Gabinete, major Maria Santos, e Secretário Adjunto de Obras Públicas e comunicações, tenente coronel Rosa Vieira que recentemente regressou a Portugal a fim de desempenhar lugar de relevo na Direcção de Arma de Engenharia.

Além, seriam estes os oficiais que transmitiriam um maior apoio ao Governador na política da presença portuguesa em Macau, através da clarificação das relações com a comunidade chinesa, estabelecimento de um estatuto político próprio para o território e estreitamento das relações com a China.

SILVA, Vicente Jorge

PCP: a espada e a parede

Vicente
Jorge Silva

NA SEQUÊNCIA das análises publicadas em números anteriores do EXPRESSO sobre o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, dedicamos hoje o terceiro artigo desta série ao Partido Comunista Português.

Esta análise reveste-se de tanto maior oportunidade quanto é certo que, face aos últimos acontecimentos, o PCP voltou a desempenhar um papel extremamente significativo. Com efeito, apesar de, em geral, se assistir a um «recuo tático» daquele partido, a operação de mobilização lançada ao nível de todo o país pelo PCP contra a ofensiva do PS surge como uma tentativa de assegurar a posição de força que aquela organização política pretende manter no aparelho de Estado, numa conjuntura que em vários aspectos se lhe apresenta desfavorável. Daí também a importância decisiva que o desfecho da actual crise terá para a definição das relações de força partidárias e para o próprio papel dos partidos no futuro da revolução portuguesa. É nessa perspectiva que os partidos mais frontalmente rivais neste momento parecem dispostos a jogar «tudo por todos». É é assim que, num novo sobressalto de afirmação de força, o PCP joga agora também, em larga medida o seu destino.



SERÁ o caso português — ou mais precisamente, a tática do PCP — o principal ponto de discórdia e a linha de demarcação entre os vários PC europeus? Será efectivamente a linha seguida pelo partido português que está a pôr em confronto — com uma agudeza sem paralelo nos últimos anos — as orientações dos PC europeus conhecidos como mais próximos das posições da URSS face aos outros partidos que se destacam pelas suas orientações mais «independentes», mais «liberais» ou, em geral, mais integradas nos modelos políticos dominantes na Europa ocidental? Outra questão: até que ponto a linha do PC português é de facto inspirada pelo Kremlin ou em que medida essa mesma linha causa embaraços à estratégia «irreineviana» de aproximação com o bloco capitalista? O PCP será apenas um pélo no complexo saizade da estratégia soviética face aos EUA e às potências europeias? Será um pélo dotado de relativa autonomia que, por vezes, tende a escapar-se ao controlo do jogador que o movimenta? Ou tenderá, pelo contrário, a afirmar progressivamente uma orientação própria, embora correndo o risco de se marginalizar e provocar choques face às orientações de outros «partidos-irmãos» e inclusivamente em relação às directrizes dos estrategas soviéticos?

Em artigo recente no «Nouvel Observateur», um especialista de questões políticas do Leste Europeu, K. S. Karol escrevia que os soviéticos pareciam inclinados a propor de novo «uma doutrina tradicionalista — e de aparência «dura» —, encorajando, assim, a «tática de Caxhal, que parece inspirada nos manuais sobre o estabelecimento das democracias populares na Europa de Leste.» E Karol acrescenta que os soviéticos «pareciam mesmo decididos a colocar na balança todo o peso do movimento comunista europeu

para reforçar a posição do PCP face aos militares e desencorajar, entre estes, qualquer veleidade de fazer um socialismo deles», sem Caxhal e os seus amigos nos postos de comando.

«Destá vez, no entanto — sublinha Karol — certos partidos reagiram com grande energia, como para melhor acentuar que não aceitavam o «segredo português» dos soviéticos. Na sua opinião, com efeito, o PC de Álvaro Caxhal já cometes erros em demasia — os quais recusa admitir e qualificar — para merecer um apoio tão maciço. Além disso, estes partidos, conscientes da complexidade que existe hoje entre a URSS e os Estados Unidos para manter o status quo mundial, suspeitam de que se duas superpotências queiram partilhar entre si o antigo império português e procurem transformar Portugal num «espantalho» cujo espectáculo, só por si, impediria todo o contágio do socialismo.»

Temos assim, segundo esta análise, que os soviéticos apostam orientação do PC português. E essa, aliás, a opinião da maioria dos observadores, apesar das «nuanças» que demarcam as diversas análises. De qualquer modo, o reforço das posições do PC ao nível do aparelho de Estado em Portugal seria considerado como um importante triunfo de que a URSS poderia dispor nos seus jogos estratégicos. Alguns observadores sublinham, no entanto, que a excessiva precipitação da «escalada» do PC português seria encarada com reservas pelas estratégias soviéticas, tendo em conta a necessidade de preservar um clima de abrandamento de tensões com vista ao sucesso da Conferência de Segurança Europeia, tão cara aos dirigentes de Moscovo. Opinião que, em contrapartida, não é seguida por outros observadores que entendem que os estrategas soviéticos prefeririam negociar a «questão», tirando partido da evolução da

situação política nos países da Europa meridional (Itália, Espanha, Portugal, Grécia) e levando os seus interlocutores a tirar as necessárias consequências desse processo.

Se a verdade não está no meio-termo, aqui, pelo menos, parece que a estratégia soviética não segue uma orientação rígida, mas essencialmente pragmática, de acordo com os factores conjunturais. Daí que o apoio concedido pela URSS à linha do PC português seja um apoio prudentemente e distanciadamente solidário. Isto, pelo menos, enquanto a posição forte do partido português se mantiver e for susceptível de fornecer créditos e traças às operações estratégicas dos dirigentes de Moscovo. Aliás, mesmo no seio do Kremlin, as próprias linhas em confronto — embora mitigado, nestes últimos tempos —, desde as posições de Brejnev favoráveis à «détente» e à aproximação com o bloco capitalista até às posições mais «ortodoxas» e «duras» de alguns «aparatchiks» da «velha guarda», não podem deixar de pesar, conforme o equilíbrio de forças, nas tomadas de posição face às orientações seguidas pelos «partidos-irmãos».

Resta saber... que linhas de força se cruzam no seio do PCP. Ou procurar detectá-las — no interior de um bloco partidário evidentemente muito mais opaco para aqueles que dentro dele se escondem. Seja como for, acontecimentos recentes permitem extrair algumas conclusões importantes, para além de meras conjecturas sobre tendências, correntes, personalidades mais ou menos predominantes (os chamados «homens fortes») ou outras questões parciais. Ora, estes acontecimentos têm feito alguma luz não só sobre a natureza do próprio PCP como também sobre o movimento que hoje agita aquele partido.

A herança da clandestinidade

A percentagem eleitoral obtida pelo PCP veio confirmar que a estrutura organizativa leninista que nele sobrevive não funciona em termos eleitorais — ao contrário do que sucede com o PCI e o próprio PCF, integrados já nos esquemas políticos parlamentares europeus. Com efeito, enquanto para o PCI e mesmo para o PCF a estratégia de tomada do poder passa pela via eleitoral, para o PCP essa estratégia obedece a uma lógica semelhante à que seguiram os PC da Europa de Leste, no imediato pós-guerra. Em contrapartida, o PC espanhol de Santiago Carrillo afirma-se como decididamente eleitoralista e em confronto directo com as teses do PC português — ao que não são evidentemente estranhas as sequelas da guerra-civil e a herança do «frentismo» dos anos 30.

Por outro lado, a experiência duríssima de meio-século de clandestinidade acabou por influir decisivamente na própria natureza — que não apenas na «imagem» — do Partido Comunista Português. Para além das tendências, dos movimentos, das crises que se manifestaram ao longo dessa experiência de clandestinidade (desde as velhas posições «direnistas» favoráveis à dissolução do partido e sua integração numa frente comum com as outras forças oposicionistas, até ao «linha sino-soviética»

que conduziu à ruptura de diversas componentes da «ala esquerda», que viriam a polarizar-se em torno de alguns dos movimentos de «extrema-esquerda» que foram surgindo) o PCP manteve-se, ao fim e ao cabo, intransigentemente fiel à «linha soviética», mesmo em ocasiões especialmente críticas: o apoio incondicional do partido à invasão da Checoslováquia, em 1968, pelas forças do Pacto de Varsóvia, contribuiu largamente para que hoje seja apontado, em diversos meios, como o mais apró-soviético dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental.

Assim, quando o PCP passa finalmente à legalidade depois do 25 de Abril de 1974, os «reflexos» que o animam são ainda «reflexos» de clandestinidade. Facto à dureza da repressão fascista, o PCP — como, de resto, apesar da diversidade de linhas ideológicas, a maior parte dos movimentos que foram surgindo à sua esquerda — teve de dotar-se de uma estrutura de tal modo rígida e disciplinada, que, além de permitir a sobrevivência do aparelho, possibilitasse ainda a sua intervenção nas lutas sociais e políticas contra o regime. Ora, esta herança não podia deixar de pesar no PCP legal pós-25 de Abril. Uma herança onde se detectam características típicas do modelo estaliniano, e que viriam a revelar-se claramente na estratégia e na tática seguidas pelo partido. «O partido parou no tempo» —

dis-nos um amigo militante. Não é por acaso que um dos seus pontos de honra não os longuíssimos anos sofridos no pistão pelos membros do comité-central. É a tendência que privilegia hoje a tomada do poder segundo uma tática caracteristicamente seguida pelos partidos comunistas dos países da Europa de Leste, no pós-guerra, é a prova-provada de que o PCP continua prisioneiro deste herança. Só que hoje muito água passou sob as pontes, e a dinâmica putchista a que o PCP se mantém fiel nada tem que ver com a realidade do próprio movimento histórico aqui e agora, em Portugal. Uma coisa é ser-se militante na clandestinidade, e aceitar disciplinadamente, mesmo quando não se compreendem e se rejeitam certas directivas, a orientação do partido. Outra coisa é verificar-se que o partido legal se encontra completamente defazado do processo histórico, que não corresponde à dinâmica social, que não tem um papel efectivamente revolucionário, mas se preocupa essencialmente com a sobrevivência do seu aparelho e mecanismos de controlo burocrático do Estado. Basta ver o resultado das eleições para se concluir que em zonas onde o partido tinha uma forte implantação, acabou por obter percentagens que não correspondem a essa implantação. E, o que é ainda mais significativo, houve zonas, nomeadamente no sul, onde o número de votos conseguido pelo PCP foi inferior ao número de militantes do partido nessas zonas.»

Crise e viragem

Razões? «Por um lado» — prossegue o nosso interlocutor — o PCP, devido à tática seguidista que logo a seguir ao 25 de Abril adoptou em relação ao MFA (e que, do resto, não deixou de suscitar reacções de profunda desconfiança entre amplos sectores de militares progressistas) perdeu a confiança de muitos trabalhadores, seus militantes efectivos ou potenciais, que, ao verificarem que o partido não acompanhava ou até boicotava as suas lutas, se viraram para outras organizações. Além disso, o partido, defendendo uma tática de coacção de classes — proletariado, campesinato, pequena e até média burguesia — acabou por não agradar nem a grãos nem a troianos. Ao proletariado e ao campesinato politizados, porque os seus interesses de classe não se identificavam com a linha do partido. A pequena e a média burguesia porque, em geral, numa situação de crise económica agravada como aquela em que nos encontramos, esses sectores acabam por virar-se decididamente para a direita. E foi isso que se viu nas eleições, é isso que explica o grande peso eleitoral do PS e a sua capacidade de mobilização dessas classes. E isso, apesar do PC ter empreendido muitas iniciativas encaaminhadas junto de pequenos e médios agricultores e comerciantes, e fim de chamar a si essas camadas sociais». Por outro lado, mesmo entre o sector operário, os trabalhadores menos politizados reagiram com um refluxo de direita» aos métodos burocráticos, controlistas e autoritários do PCP. Diz também



o facto de em zonas tradicionalmente PCP, o PS ter obtido grandes triunfos eleitorais. Resta, finalmente, o campo dos sindicatos — e mesmo aí, mesmo naqueles sindicatos em que o PCP ou o MDP tinham uma fortíssima influência está-se a dar uma importante viragem.»

Viragem? Com efeito, ai parece residir um dos dados fundamentais da situação em que hoje se debate o PCP. O movimento que já se desenha no sentido de uma progressiva desertão de militantes — especialmente entre as camadas mais jovens do partido e a frente de classe mais combativa do sector operário — é a explosão que hoje empurra os dirigentes do partido contra a parede das heranças e fidelidades passadas. E esse movimento tende a engrassar não só as fileiras de alguns movimentos da esquerda que, de resto, tiveram a sua origem remota em crises no interior do PCP (é o caso da UDP, por exemplo) como leva mesmo a reforçar uma tendência apartidária hoje em franco desenvolvimento e que nas novas estruturas

de poder popular encontra alternativas organizativas.

Neste aspecto, as recentes tentativas do PCP em procurar enquadrar essas novas estruturas — mesmo por via indirecta — parecem em larga medida condenadas ao malogro. Por um lado, porque o privilégio tradicional dos métodos administrativos, burocráticos, por maior que tenha sido, no passado, a sua eficácia organizativa, impedem o PCP de acompanhar efectivamente a dinâmica do movimento de massas. Por outro lado, porque as experiências de poder popular, pela sua própria natureza, se definem em alternativa à instrumentalização partidária visada pelo PCP. Nesta perspectiva, a criação e desenvolvimento de organizações paralelas controladas ou, pelo menos, fortemente influenciadas pelo PCP — que aí jogana todo o peso do seu aparelho organizativo, o qual supera, inconscientemente, o de qualquer outro partido — tendem necessariamente a ser postos em causa pelo sentido último do processo. É este, por exemplo, o caso dos CDR's.

O feitiço contra o feiticeiro?

Além de que... No último editorial do boletim do MFA, algumas referências a este respeito parecem singularmente significativas: «...é pelo desenvolvimento de um poder popular não dirigido por qualquer aparelho burocratizado que a verdadeira vanguarda revolucionária germinará e conduzirá o povo português ao socialismo». Ou: «Não poderá haver lugar — sob pena de se subverter a própria revolução — para quaisquer formas de dirigismo da acção popular, para quaisquer tentativas de confundir a dinâmica revolucionária com a dinâmica stalinista dentro de um processo que se pretende seja autenticamente revolucionário. E aqui reside um dos diversos perigos nos quais o MFA deve atentar. E da consciência de tais perigos deve resultar, da parte dos diversos órgãos de base do MFA, a necessidade de uma vigilância a de, em conjunto com as massas populares, se evitar permanentemente, sob a capa de «organizações unitárias», a penetração dirigida das estruturas burocratizadas com o objectivo de canalizar a acção livre e criadora das organizações populares que «as (su) forem) surgido, para as vias da subordinação aos interesses dos grupos políticos cupulistas».

O feitiço contra o feiticeiro? A persistente tática «seguidista»

Recuo táctico

Excluída, em princípio, qualquer reviravolta espectacular, o certo é que a tendência mais previsível se desenha já no sentido de uma confirmação acentuada do recuo táctico já iniciado, ainda que correndo o risco de uma subalternização do papel do partido. Num certo sentido, assistir-se-ia — salvaguardadas todas as distâncias — a um regresso ao papel «vigilante», embora já em sentido diverso, que o PCP desempenhou no período imediatamente posterior ao 25 de Abril. Resta saber se isso não poderá vir a conduzir o partido ao entrançamento, a uma mera luta pela sobrevivência do aparelho, condenando-o a longo prazo a um apagamento do papel histórico que se propõe desempenhar. De qualquer modo, o facto é que, prisioneiro das suas contradições, o PCP deixou de ter grande capacidade de manobra no que diz respeito a opções estratégicas de fundo.

Com efeito, em termos lineares, o partido teria de optar ou por um endurecimento de posi-

ção do PCP em relação ao MFA teria acabado por dar maus frutos para o partido? Não inteiramente. Só que, aliado privilegiado que pretendia ser do MFA, o PCP deixou-se trair — com a sua confiança obstruída na capacidade controlista e recuperadora do aparelho partidário — por um «excesso de zelo» que menosprezava a autonomia política das forças de que pretendia ser o braço (e a cabeça) fiel. Com efeito, a radicalização do movimento de massas, ultrapassando o PCP pela esquerda, repercutiu-se necessariamente no seio das Forças Armadas — por onde também passa a luta de classes. Nestas condições, se a estrutura altamente disciplinada e hierarquizada de um aparelho partidário que organicamente se inspira do leninismo, como é o caso do PCP, apareça como um «espelho» da própria organização militar — o que favorecia uma certa tendência de identificação e osmose —, uma vez que o esquema hierárquico clássico do exercício regular começou a ser posto progressivamente em questão pelo movimento de democratização interna e de politização das Forças Armadas, as posições da esquerda revolucionária, no seu variado conjunto de expressões políticas, começaram a ganhar um ascendente cada vez maior, especialmente no seio das unidades operacionais cujo contacto em directo com o dia-a-dia das classes populares revestiu de traba-

ções — como pretendia uma determinada facção do comité central, identificada com a chamada linha «dura» ou «ortodoxa» — ou por uma «via liberalizante» — que outra facção defenderia — no sentido «italiano» ou «romeno». Só que se tratam de falsas alternativas, tendo em conta as determinantes específicas do processo português.

Assim, o reforço da linha «dura» apenas seria viável se o partido controlasse de facto, de uma forma efectiva e irreversível, as posições-chave do aparelho de Estado. O que está longe de acontecer — e hoje, de forma ainda mais notória, pese embora o esquematismo simplista de certas análises que tomam a nuvem por Juno. Por outro lado, uma viragem «liberalizante» — «italiana» ou «romena» — para além do que isso implicaria em termos de reconversão de tal forma dramática que provocaria uma desidentificação do partido consigo próprio — apenas seria pensável no quadro de um meio político completamente es-

tilho e habitação, por exemplo) tornam os militares particularmente permeáveis a essas posições.

Que os dirigentes do PCP não ignorem esse processo, vários sinais parecem confirmá-lo: desde a tentativa em recorrer de novo a um controlo ou neutralização do processo por via administrativa (alguns chamam-lhe «golpista»), até — falhada esta tentativa — a um certo recuo táctico, que teve lugar nos últimos tempos, traduzido em inintensas manifestações de fidelidade ao MFA, fosse qual fosse a orientação seguida e independentemente das personalidades militares escolhidas para postos de liderança. De qualquer modo, o resultado negativo de uma entrevista recente de Alvaro Cunhal com Otelo Saraiva de Carvalho é uma das indicações possíveis, entre muitas outras, de que os sectores considerados de vanguarda (no sentido revolucionário) do MFA se demarcam claramente em relação ao PCP.

Face ao desentanto de amplos sectores das suas bases — que, em parte, se traduz já no movimento de viragem à esquerda de decisivos sectores no futuro — e à deslocação do centro de gravidade do núcleo motor do MFA, face ainda as reacções externas (que apontariam para um isolamento progressivo do partido), que linhas de evolução se apresentam para o PCP?

tranhão as características do processo revolucionário em curso em Portugal.

É nestas circunstâncias que o PCP se vê confrontado já não apenas com questões fundamentais de ordem estratégica e táctica, mas com qualquer coisa de ainda mais decisivo: a sua própria natureza e a sua função histórica, face a um processo que as põem, a ambas, frontalmente em causa. Entre a espada da revolução e a parçada da história.

RAÚL MENDES

6 dias de crise política

Sábado — dia 12

Intermezzo político

NA SEQUÊNCIA da divulgação do comunicado do Conselho da Revolução que aceita a demissão dos ministros socialistas, o Primeiro Ministro Vasco Gonçalves recebe, sucessivamente, de manhã, os ministros Pereira de Moura (MDP/CDE), Alvaro Cabral (PCP), Sá Borges (PPD), este em substituição de Magalhães Mota ausente em S. Tomé e Príncipe. À tarde, trabalha com os ministros Murteira, Correia Jesuino, Emílio da Silva e Arnão Metelo.

Ao fim da tarde, recebe Emídio Guerreiro, secretário-geral do PPD, com quem discute informalmente as condições postas por este Partido para permanecer no Governo. Ao que parece, Vasco Gonçalves inclina-se para a não aceitação de várias das condições. Já no vesper, Emídio Guerreiro dissera designadamente: «A saída do Governo por parte do PS não tem nada a ver com posições que o meu Partido possa vir a tomar porque o PPD é um partido com muita personalidade... Nunca nos opositores à revolução, mas queremos uma revolução humana». Nas restantes conversas, tudo indica que o Primeiro Ministro trata do futuro do Governo e da substituição dos membros cessantes do PS. A noite, o PPD torna público um comunicado em que se discriminam as condições apresentadas por aquele Partido ao Presidente da República: 1. — cumprimento rigoroso da Lei de Imprensa; 2. — participação dos partidos políticos na direcção da programação da rádio ou da televisão; 3. — atribuição de um jornal diário nacionalizado (um no nor-

te, outro no sul) a cada partido ou participação dos partidos na direcção desses jornais; 4. — satisfação pública das críticas feitas pelo PPD ao documento-guia aprovado na Assembleia do MFA; 5. — desocupação imediata das casas e propriedades irregularmente ocupadas; 6. — abstenção das autoridades militares de intervir nos assuntos de administração fora da sua área específica; 7. — substituição imediata dos órgãos das autarquias locais não aceites pelas populações (com indicação de exemplos); 8. — declaração pública de marcação da data, improrrogável e até ao fim de 1975, das eleições para as autarquias locais; 9. — definição imediata dos limites do sector público da economia e do sector privado; 10. — garantias da segurança e média propriedade; 11. — medidas concretas de incentivo aos sectores da construção civil, da indústria têxtil, vinícola e da indústria do calçado.

Entretanto, enquanto se multiplicam os comunicados de diversas bases do PS de apoio à decisão do seu Secretariado, este veio a reunir para examinar a situação política e planear a estratégia para as semanas seguintes.

O PCP divulga o seu primeiro comunicado depois do eclodir da crise, fazendo um apelo às bases do PS, prevenindo-as contra as suas cúpulas, atacando a posição tomada por estas e declarando não aceitar qualquer Governo de direita (referência à sugestão anteriormente avançada pelo CDS da formação de uma nova coligação PS/PPD/CDS).

Domingo — dia 13

Aveiro e Rio Maior são notícia

Agrava-se sensivelmente a situação em Angola. Ao mesmo tempo, são conhecidas em Portugal as primeiras repercussões internacionais da crise. A social-democracia europeia manifesta-se solidária com o PS, enquanto a democracia-cristã alemã pede ao seu Governo que «suspenda temporariamente todo o auxílio a Portugal». Os PS italiano e espanhol criticam uma vez mais o PCP. Os meios políticos e informativos americanos reagem contra a situação política portuguesa. Por seu turno, organizações políticas e jornais da Europa de Leste atacam o PS. Assim, o «Pravda» acusa o PS de «fazer concluído com a direita e de assim aumentar as dificuldades do país».

As sedes do PCP e da FSP em Rio Maior são assaltadas e destruídas por parte da maioria da população. Este acto teve origem numa reunião realizada no Gremio da Lavoura e convocada pelo Secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Ribatejo com sede em Alparça. A população de Rio Maior reagiu primeiro à escassa publicidade dada à reunião, depois aos comunicados do PC e da FSP difundidos pelo RCP.

Em Aveiro, realiza-se uma manifestação de católicos, convocada anonimamente — à exemplo do que sucedeu como a que teve lugar há tempos junto do Patamarado a propósito do RR — e que se destinava, como a outra a apoiar a posição do Episcopado. A manifestação, que originara comunicados de reprovação do PCP, do MDP/CDE, do MES, da OCMLP e do PRT, e qualificando-a de «contra-revolucionária» e

«da maioria silenciosa», incidentes. Segundo os diários, segundo a BBC, vinte palavras de ordem eram: «Quem manda em Portugal?», «Não às prisões arbitrárias», «O bispo de Aveiro, cursando, disse: «Oxalá o espolio de Aveiro despoje do MFA em massa. Os tátil tem vivido adormecido é preciso que eles acordem».

A noite de domingo é marc por três acontecimentos simultâneos: a libertação de 150 presos do MRPP, acompanhada de uma nota explicativa COPCON; a partida de N. Antunes para Angola; e a N. Redonda da Comissão Político do CSR da RTP sobre o documento-guia aprovado na Assembleia do MFA. Participaram Vasco Lourenço e Sousa Castro.

Vitor Crespo — que mais vezes interveio — diz consideras as eleições para a Constituinte acto cívico de maior importância depois de 25 de Abril 1974. Também se refere papel dos partidos na actual conjuntura portuguesa. Deixando de ter afirmado que o MFA pretende um socialismo humana, não imposto, mas quer pelo povo português, culpa imprensa de ter apresentado documento do MFA como a de inesperado, especulando e um projecto que já se encontra na mente dos principais inductores do 25 de Abril acusando da sua falta de imaginação e criatividade, o que viria a provocar imediatas reacções dos diários que se sentiram atidos.

Segunda—dia 14

Certa imprensa responde ao comandante Vítor Crespo

Efectivamente, o «Diário de Notícias», pela voz de Mário Ventura Henriques, num artigo intitulado «A Comissão Política contra os jornais» responde dizendo: «Na entrevista que vários membros da Comissão Política deram ontem à TV houve, entre várias constantes positivas, uma bastante negativa, na minha modesta opinião: as acusações aos jornais. Negativa, por duas razões: porque as acusações não assentam em factos concretos, mas em interpretações subjectivas; e porque não foram dirigidas, directamente, aos jornais, e sim através da televisão, o que coloca todo o papel impresso em situação pouco invejável.» «O Século», ao transcrever algumas passagens da Mesa Redonda refere a «terminologia conservadora» nela por vezes utilizada.

Aliás, os observadores anotaram o facto de a maior parte dos membros da Mesa-Redonda não ter sido nem autores nem

apoiante entusiástica do documento aprovado na Assembleia do MFA. Dai talvez a generalidade com que foi defendido o documento, a alusão permanente a sua natureza de longo prazo e a preocupação constante de desdramatizar o seu significado político. À tarde, Alice Vieira, ao «Diário Popular» segunda Ventura Henriques. E o seu marido, Mário Castrim, no «Diário de Lisboa» faz uma violenta crítica sobretudo as palavras de Vítor Crespo. Por exemplo: «Que é isto de socialismo que assume um carácter humano, socialismo sentido e não imposto? Encontramos aqui, subjacentes, noções fráguas o seu curso na guerra fria».

Claro que o socialismo tem sempre de ser imposto, na impossibilidade de congruar as classes anagnósticas, por de bem o tubarão e a sardinha. Para a instauração da via socialista no nosso país, houve que impôr nacionalizações, houve que impôr a Reconstrução Agrária, houve que impôr a descolonização. Ainda não impôs um saneamento exemplar, ainda não impôs um aparelho de Estado de acordo com as nossas necessidades, ainda não impôs as medidas de austeridade — com todos os prejuízos que daí provêm.

Evidentemente que um Estado Revolucionário tem de impôr. Por duas razões suficientes: a primeira, porque é Estado; a segunda, porque é revolucionário. Todo o Estado é a expressão do domínio de uma classe sobre as outras classes; um Estado revolucionário que ainda não organizou esse domínio, necessita de impôr o seu direito, de o consolidar. Pela força, o senhor comandante, pela força!

A Assembleia do MFA, que se deveria realizar no dia 15, 3.ª feira, é adiada para a 6.ª feira, dia 18. Este adiamento é relacionado pelos observadores com a ausência do ministro Melo Antunes em Angola. Uma das suas consequências é que a resolução, em primeira mão, da

crise governativa passa a caber apenas ao Conselho da Revolução. Este, reunido em Plenário, examina predominantemente a situação em Angola, em conjunto com delegados do Conselho Coordenador do Programa do MFA naquele país. Subsidiariamente, o Conselho aprecia a situação política interna e a evolução dos acontecimentos nos Açores.

O Secretariado Nacional do PS continua reunido, enquadram dezenas de comunicados de secções do Partido apoiam a decisão de sair do Governo. Neles avultam o da Federação da Área Urbana de Lisboa e o da Comissão Nacional da Juventude Socialista. Paralelamente, Mário Soares, em entrevistas concedidas a estações da rádio francesas diz que «perdi uma batalha, mas não a guerra», e esclarece que «o PS é um Partido com vocação para governar e talvez deva fazê-lo, porque tem atrás de si a maioria do povo português». Acrescenta que «o Partido não se sente particularmente dotado para a oposição». O clima das bases socialistas define-se no comunicado da Federação de Lisboa: «O PS está pronto para a luta». Sotomayor Cardia diria que esse comunicado tem aspectos de alguma forma iró-

nico, visto que pronto para a está o PS desde sempre: acrescenta:

«Diz-se também que se interpreta a revolução como acto de violência, o PS também poderia, se assim o entendesse, dar provas de que é revolucionário nesse sentido e entrar nesse caminho. Mas isto em de-se naturalmente não é: mas como uma forma de a mentar por redução ao zero com o conceito que ident a violência e a revolução».

A Comissão Política Nacional do PPD reúne à noite para a analisar a actual situação poli-

Enquanto, internamente, o é sobretudo assinalado por i pequena manifestação da U dos Sindicatos de Coimbra, PCP e do MDP/CDE ao MI pelo lançamento da campanha de dinamização cultural da A demia Militar e pela continuação do caso de Rio Maior (con

incêndio dos exemplares «Diário Popular» e do «Diário de Lisboa», uma intervenção COPCON que, em larga medida é favorável ao povo de l Maior; no plano externo, Bel Krensky e Ceausescu debatem situação em Portugal, e contra a divisão de posições entre Europa ocidental e a Ewrc oriental.



Manifestação de apoio ao Secretariado do PS

O PS manifesta-se na oposição

As primeiras horas da madrugada de 3.ª feira, é divulgada uma nota da Comissão Política do Comité Central do PCP que, além de criticar as cúpulas do PS, e integrar os incidentes de Rio Maior no «clima de tensão e violência política que a direcção do PS está a fomentar», denuncia «novos projectos de marchar sobre Lisboa», apelando para que «os trabalhadores, as massas populares, todos os revolucionários estejam vigilantes e se unam e organizem para cortar o passo a quaisquer aventureiros contra-revolucionários. Este comunicado é entendido como uma resposta ao anúncio de uma manifestação-começo do PS junto da sua sede em Lisboa. Também a FSP e a LUAR atacam o Partido Socialista dizendo a primeira que «a saída do PS do Governo foi uma chantagem».

O Conselho da Revolução reúne novamente, desta feita para apreciar apenas a situação política actual. Sobre a resposta às condições do PPD, consta que há três linhas: uma que recusa as condições na sua generalidade; outra que defende a sua aceitação na generalidade, permitindo a permanência do PPD no Governo e uma terceira que opta por uma posição intermédia.

O Presidente da República tem uma conversa de quatro horas com o Primeiro Ministro que receberia, por seu turno os ministros Mário Murtel e João Cravinho.

Pela primeira vez, é publicamente divulgada a hipótese da demissão do Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia João Martins Pereira e do ministro da Agricultura e Pescas Oliveira Baptista. O primeiro, apesar de nunca ter sido filiado no MES, pertence ao grupo dos ex-MES que, nesta fase, reúnem quase diariamente; o segundo foi-se afastando da linha de reforma agrícola defendida pelo PCP, o que ficou claro nos últimos Conselhos de Ministros e nas críticas que lhe foram dirigidas por economistas desse Partido e do MDP/CDE.

A Assembleia Constituinte prossegue os seus trabalhos numa sessão que se antevia agitada. As propostas do PCP de alte-

ração do Regimento são largamente rejeitadas, não sendo aquele partido esboçado qualquer reacção significativa, ao contrário do que se esperava. O período da ordem do dia é integralmente preenchido por sete discursos de deputados comunistas. Vital Moreira faz a crítica conjunta dos projectos do CDS, do PPD e do PS, ocupando-se os seus colegas de questões específicas de cada um daqueles projectos. Francisco Pinho Balsemão preside à sessão, sendo objecto de protestos da UDP, do PCP e do MDP/CDE. O anúncio anónimo de uma bomba no hemiciclo obriga a uma interrupção de segurança durante trinta minutos.

A manifestação do PS, convocada por núcleos da área de Lisboa, reuniu dezenas de milhares de pessoas em S. Pedro de Alcântara e justifica um longo discurso de Mário Soares. A multidão grita incessantemente, entre outros slogans «O povo já não está com o MFA», «Fera Vasco», «Todos à República» e «Orel e estango» o que leva Mário Soares e Manuel Alegre a explicar que «Orel é um dos heróis do 25 de Abril» e que não podia ser ali «cometido um erro histórico». Sobre a ida à «República», Mário Soares diz que «o PS é um partido responsável, desemos isso para a FSP». Fala também no Comité, entre outros, Salgado Zenha. O Secretário Geral do PS ataca os jornais «Diário de Notícias» e «O Século» (que acusa de «Pravda») e «Jornal português»; acusa Álvaro Cunhal de ser o principal responsável pelo anti-comunismo; anuncia o desejo do PS de «paralisa» simbolicamente a vida nacional e, antes disso, a realização de grandes comícios no Montijo, em Braga, em Portalegre, no Estádio da Antas (dia 18) e na Fonte Lumina (dia 19). Ouvindo sobre a posição do PS, Sottomayor Cardia diz que «o PS, tem a possibilidade, desvinculado do governo, de constituir uma forma mais eficaz para que o povo português se reencontre nos objectivos da Revolução, e não seja polarizado por forças de direita, porque o PS, é hoje como ontem, a principal força de oposição à direita portuguesa se o PS não existisse, ou se tivesse uma tática subalterna em

relação à de forças aparentemente dominantes no processo revolucionário, o povo português teria que escolher entre a degenerescência do 25 de Abril e a contra-revolução... Não queremos de forma alguma, que isso se venha a verificar».

Sobre o teor do comunicado do PCP de hoje, criticando ferozmente «a marcha sobre Lisboa» do PS, diz-nos Sottomayor Cardia que «compreende que o PC tendo dificuldade em reunir pessoas, recorre que uma manifestação do PS, se torne demasiado grande. Porque segundo informações que considero objectivas a recente manifestação patrocinada pela Interunidade, FSP, PCP, MES, MDP-CDE terá tido no máximo 15 mil ou 20 mil pessoas. As nossas têm na verdade, um número de uma ordem incomparável».

Acresce que o PC tem por hábito identificar as suas próprias posições com as da Revolução, o que é aliás uma das razões que está a conduzir a criação de um clima de desconfiança em relação à Revolução, e quanto a mim, um partido que tem a representação de 12% do eleitorado, far mal a ele próprio e a Revolução, se se arvera em interpretar exclusivo da mesma, porque não tem esse direito. O PC tem um visão monopolista do poder, da economia, mas é inaceitável que tenha uma prática monopolista em relação à Revolução».

Sobre a estratégia a adoptar pelo PS, como partido da Oposição, Mário Soares afirma ao EXPRESSO que «um documento de fundo está a ser elaborado pelo Secretariado do PS devendo brevemente vir a lume para que todos fiquem a saber dos projectos e da acção futura deste partido». Sobre a manifestação Salgado Zenha diz, comentando a acção de palavras de ordem terem sido excessivamente reacçãoárias, que:

«Deve distinguir-se entre os termos reacçãoários e reactivos: reacçãoário implica uma atitude contra-revolucionária, e que eu saiba nunca as bases do PS tomaram atitudes reacçãoárias; o que tem é tomado por vezes certas atitudes reactivas a agressões de que o PS tem sido objecto, e as bases, vítimas. Hoje, há certos sectores, que para afirmarem o seu progressismo ou o seu esquerdismo, ao contrário

de apresentarem soluções concretas para os problemas portugueses, insultam partidos políticos, o que leva a nossas bases quando somos nós os agredidos a tomarem as tais atitudes reactivas. Quanto aos dirigentes de PS, habituados já a serem agredidos muito antes do 25 de Abril consideram essas agressões, com a flegma e a indiferença que elas nos merecem».

Consta, entretanto, que no interior do PPD se afrontam duas linhas: a que defende a saída do Partido do Governo e a que luta pela sua permanência. Esta última, diz-se, seria encabeçada por Sá Borges. Contudo, este começa por classificar de «absurdas» as especulações de qualquer liderança sua ou sequer a existência de corrente e esclarecer que, não tendo o PPD suportes financeiros em que se apoiar e contando-se entre as suas bases uma forte percentagem de elementos de fraco ímpeto revolucionário, ele vê como difícil a prossecução do papel do PPD, uma vez fora do Governo. Se nesse sentido se poderá dizer que ele defende a permanência do Partido no Governo, mas nunca criou nem criaria um afrontamento contrariando a opinião majoritária do Partido («Sirvo o meu Partido, para servir-lhe entrei para o Governo, do Governo saerei quando ele me disser. É uma questão de disciplina partidária»).

Entretanto, reúne novamente a Comissão Política Nacional do PPD e sabe-se publicamente que Carlos Macedo pediu no sábado anterior a demissão do seu cargo de Secretário de Estado da Saúde. O ministro Sá Borges a quem o pedido foi apresentado espera pela definição da posição do Partido para o comunicar ao Primeiro Ministro.

Já de madrugada, um comunicado da 3.ª Divisão do EMGFA refere-se à «escalada das forças reacçãoárias que poderá atingir o absurdo de pôr em causa a legitimidade revolucionária do MFA», e vem reafirmar a posição do MFA quanto ao documento de institucionalização das organizações populares unitárias de base.

A longa história da saída do PPD

O dia 16 inicia-se com uma conferência de imprensa promovida pela Comissão Dirigida Central da 5.ª Divisão EMGFA, em que é divulgado uma directiva para a acção cívica das Forças Armadas em próximas campanhas de dinamização.

Também logo de manhã, em entrevistas concedidas ao «Século» e ao «Jornal do Comércio», Vasco Lourenço defende o fim da coligação, pronunciando-se a favor de um governo militar com técnicas partidárias. Esta posição é interpretada como correspondendo a linha que levante objecções às condições postas pelo PPD (o que conduz provavelmente a queda de toda a coligação governativa). Os jornais da manhã transcrevem ainda como contraponto do discurso de Mário Soares na manifestação do PS uma entrevista de Emídio Guerreiro dada ao semanário espanhol «Gaudiana» em que o Secretário Geral do PPD, depois de criticar o PCP, diz do PS:

«Apesar de ser maioritário teve desde o 25 de Abril um comportamento ambíguo».

Proseguindo no seu raciocínio, o dirigente do PPD acrescentou:

«Começou por estar unido ao PC, a seguir defrontou-se com ele, ao mesmo tempo que combatia o PPD. Tudo isto dava a impressão de que não tem uma linha bem definida na sua acção política, mas estou convencido de que a evolução da situação portuguesa levará o PS a mudar de rumo e a provocar uma aproximação com o PPD, para intentar forçar uma colaboração sincera dos três partidos maioritários».

A tarde, a sessão da Assembleia Constituinte é assinalada pela intervenção particularmente dura de José Luís Nunes, deputado socialista acusa o PPD de se ter utilizado de elementos reaccionários em zonas do norte do país e nos Açores. Gera-se polémica com os deputados Amândio de Azevedo, Vítor e Coelho dos Santos, do PPD. Do lado do PS, também participa Jaime Gama. José Luís Nunes também critica asperamente a entrevista de Emídio Guerreiro ao «Gaudiana». Os observadores espantaram-se com o inesperado do diferente PS-PPD, mesmo desmontando o facto de o discurso do deputado do PS não ter sido apresentado no grupo parlamentar e de ele ser conhecido como um dos elementos mais anti-PPD do Porto. Por outro lado, o PS delimita a sua posição relativamente ao PPD, não se mostrando, mais uma vez, demasiado in-

teressado num frenetismo com este partido. Carlos Laje, também elemento do sector mais frontalmente anti-PPD do PS, que deveria comentar o projecto de Constituição do PPD, não pôde falar por falta de tempo. A Constituinte termina mais cedo, devido a greve do seu pessoal, motivada pelo não pagamento de horas extraordinárias.

Também a tarde volta a reunir o Conselho da Revolução, designadamente para se debruchar sobre as condições do PPD. Já antes, contudo, constata a confirmação das saídas de Martins Pereira e Oliveira Baptista e da situação de eventual demissionário de Jorge Sampaio (além, o grupo em que se integram estes elementos) continua a reunir-se para examinar a situação).

No ato do Conselho da Revolução, segundo os observadores, a posição do Primeiro Ministro parece ser a de tentar chegar a um acordo com o PPD para salvar a coligação governativa, embora sem ceder em todos os pontos, outra linha em que se insere Vasco Lourenço, quereria o fim puro e simples da coligação.

Enquanto o Conselho da Revolução delibera, tem lugar a manifestação unitária organizada por diversas comissões de moradores e de trabalhadores e a que aderiram a UDP, a LCI, o PRP, a LUAR, o MES, os CMLP e militares do RALIS, da PM, do RIOQ e da Pontinha. Participam milhares de civis, centenas de militares e até de estrangeiros. Pela primeira vez incorporou-se numa manifestação popular com as suas auto-metralhadoras, para onde convidaram os manifestantes a subir. Algumas das palavras de ordem: «Controle operário, poder popular», «Governo Provisório não, governo revolucionário, sim», «Dissolução da Constituinte já e MFA poder popular».

O momento mais emocionante ocorre junto a S. Bento onde se aplaudiu a ditadura do proletariado e exigiu a imediata dissolução da Constituinte e do Governo. Citando o «Diário de Notícias»: «Aproximadamente a duas semanas depois da publicação do Plano de Acção Política do Conselho da Revolução, documento em que era rejeitada a via da ditadura do proletariado, milhares de pessoas das organizações unitárias de base, legitimadas pela última Assembleia do MFA, como embrião do futuro poder político em Portugal, manifestavam posições contrárias às do Conselho da Revolução».

Ainda durante o dia, é conhecida a notícia do veto da França

ao auxílio económico do Mercado Comum a Portugal. A decisão definitiva, contudo, é adiada para a próxima terça-feira, alí, lura em que os ministros dos Negócios Estrangeiros do Mercado Comum se avistarão com o Ministro Melo Antunes.

Os observadores dividem-se quanto à justificação desta atitude: uns atribuem-na à posição durista do Governo francês; outros a uma mera manobra externa, já que a maioria dos países da CEE teria recusado o auxílio e a escolha da França como responsável pelo veto viria apenas utilizar um partido cujo Governo não é social-democrata.

A partir do meio da tarde, a questão da permanência do PPD no Governo ganha particular incidência, embora se venha depois a saber de uma importante reunião realizada à noite na sede da FSP, com representantes do PCP, do MDP/ICDE, do MES e da LCI.

Durante toda a tarde, encontra-se reunida a Comissão Política do PPD, destacando-se Artur Santos Silva à sede do PS para falar com Mário Soares. Parece ter sido discutido o caso de José Luís Nunes, bem como a compatibilização do comício do PPD no Porto, no dia 17 com o do PS no dia seguinte.

As 22.30, são convocados para uma audiência no Palácio de Belem os dirigentes nacionais do PPD. Integram a delegação Emídio Guerreiro, Mota Pinto, Santos Silva e Miguel Veiga. Numa conversa, que dura mais de duas horas, o Presidente Costa Gomes lê um documento de resposta do CR. Em síntese, o CR toma, relativamente às condições, a seguinte posição:

— A actual Lei de Imprensa deve ser revista, visto encontrar-se ultrapassada pelos acontecimentos; logo o seu cumprimento rigoroso não é plausível;

— O CR opõe-se à participação dos Partidos nas comissões de programas da Rádio e da TV, preferindo a atribuição de comissões militares;

— O CR opõe-se à substituição de jornais nacionalizados a partidos da coligação, embora admita que o panorama da imprensa é bastante negativo;

— O CR considera que a Mesa-Redonda de domingo anterior na RTP e sucessivos comunicados já foram uma satisfação suficiente às críticas do PPD dirigidas ao documento aprovado na Assembleia do MFA;

— O CR considera importante a desocupação das casas dos emigrantes mas não se compromete quanto às restantes desocupações.

— O CR considera esporádico



Manifestação apertada de apoio ao MFA

cos os casos de unidades militares invadirem o domínio civil:

— O CR não pode satisfazer a condição de imediata substituição dos titulares das autarquias locais, ficando isso a cargo do critério dos Governadores Civis e dos Comandantes das Regiões Militares:

— O CR admite que não pode marcar já a data para as eleições nas autarquias, embora deseje que elas se realizem logo depois de elaborada a Constituição, e antes das eleições legislativas:

— O CR faz uma declaração de princípio de que tentona satisfazer no mais curto espaço de tempo as condições económicas postas pelo PPD, com relevo para a demarcação entre o sector público e o sector privado, matéria alia sugere a fortes pressões internacionais.

Ainda durante a entrevista, o Presidente Costa Gomes insiste na permanência do PPD no Governo, parecendo corres-

ponder à convicção de que o Partido acederia a isso. Emido as possibilidades eram mínimas, mas que a decisão definitiva caberia à Comissão Política.

A saída, Emídio Guerreiro descreveria assim aos jornalistas a sua conversa com o Presidente da República:

«O que posso dizer-lhes é que o sr. Presidente da República extraordinária e uma gentileza que nem sabemos como lhe agradecer, e, além disso, com uma grande paciência».

Da 1.30 às 2.20 da manhã delibera a Comissão Política por não e constituído ao Grupo Parlamentar, também reunido na sede do Partido, bem como a algumas centenas de militantes que esperavam a resposta à porta de fora.

A demissão é comunicada pelo Secretário Geral ao Presidente

Costa Gomes pelas 3 da manhã, ao mesmo tempo que os quatro membros do Governo mantêm uma conversa bastante rápida com o Primeiro Ministro.

Ainda durante a madrugada, o Conselho da Revolução divulga um comunicado considerando aberta a crise da coligação governativa que obriga a sua total reconsideração.

Entretanto, durante a noite de 16, sabe-se da destruição de sedes do PCP na Lourinhã e nas Caldas da Rainha. Também consta, sem depois vir a ser confirmada, uma tomada de posição de sectores militares do Norte no sentido de uma rápida ultrapassagem da situação de crise governativa, que designadamente incluíra a eventual substituição do Primeiro Ministro.

Finalmente, na sequência da longa reunião do Conselho da Revolução que dura até às 5 horas da madrugada, sabe-se que a Assembleia do MFA, marcada para o dia 18, é novamente adiada por um prazo de oito dias, deixando assim caminho aberto à resolução da crise por parte do CR.

Quinta—dia 17

A posição-chave dos ex-MES

Iniciado sob o signo das especulações em torno da formação do novo Governo, logo de manhã o PPD divulga um «manifesto» muito violento a justificar a saída da coligação. Esse «manifesto» seria, aliás, lido, à tarde, na Assembleia Constituinte, perante os protestos do PCP e do MDP/CDE.

Vasco Gonçalves recebe os ministros Alvaro Cunhal, Arnão Metelo, Mário Monteiro, Pereira de Moura, Sá Borges, João Cravinho e Jorge Sampaio. Recebe, também, Sottomayor Cardia e Marcelino Curto, do secretariado do PS.

Corre a notícia das saídas de Silva Lopes e Almeida Santos, ambos recebidos pelo Presidente Costa Gomes no Palácio de Belém. Diz-se que o último teria entregue uma carta a fundamentar a sua posição.

Enquanto em alguns círculos se aventa a hipótese de certos ministros do PCP e do PPD serem convidados a permanecer no Governo a título pessoal, João Martins Pereira divulga um extenso documento, e Jorge Sampaio e João Cravinho uma carta ao Primeiro Ministro — ambos relacionados com a crise governativa.

Qualquer dos dois textos constitui uma análise de fundo das lutas partidárias, da base social de apoio do MFA, do populismo e da falta de um centro de autoridade.

De resto, coincidem com a divulgação de boatos que falam

de César de Oliveira, Luis Salgado Matos, Fernando Pereira Santos e Aquilino Ribeiro Machado para o Governo — o que se não condizem. O Gabinete do Primeiro Ministro pediria a informação para evitar especulações contraproducentes.

A posição do chamado ex-MES continua por definir. O PS continua com o seu Secretariado reunido e realiza à noite, um comício em Braga, com Mário Soares.

Sobre o silêncio do PS Salgado Zenha que fala, à noite, em Portalegre, diz ao EXPRESSO: «compreende muito bem a urgência que existe em que o Partido Socialista tome uma posição pública frontal acerca de todos estes problemas», «penso — disse — que isso acontecerá dentro dum prazo breve, que de momento desconheço. Por outro lado, devo esclarecer que o nosso partido tem uma entrevista pedida ao Conselho da Revolução há já algum tempo, para continuarmos o debate de certos problemas e depois se verá se nos pronunciaremos antes ou depois dessa reunião, a qual, no entanto, ainda não tem data marcada».

Em quanto Mário Soares avança de Norte para o Sul, Salgado Zenha vem do Sul para Lisboa, num movimento contrário.

Em Lisboa, faz-se uma concentração de militantes e simpatizantes do Partido. Vitorino Ma-

galhães Godinho e Sottomayor Cardia presidem, em nome da Associação António Sérgio, para anunciar a realização neste fim de semana, de um Colóquio Internacional sobre «Os Problemas do Socialismo».

O PPD leva a efeito, à noite, um comício, no Porto, sem incidentes, apesar dos apelos de vários grupos políticos para o impedirem, como «manifestação reaccionária».

Presentes Magalhães Mota, Carlos Macedo e Vasco Graça Moura — antigos membros do Governo — além de Emídio Guerreiro e José Augusto Seabra. Jorge Sá Borges, doente, fica em Lisboa.

Presentes dezenas de milhares de pessoas, apesar de um só dia de mobilização. Como se esperava, o teor dos discursos é bastante violento.

A Assembleia Constituinte tem um dia calmo, salvo as declarações do PPD e do CDS sobre o actual momento político. Na ordem do dia, irás deputados do MDP/CDE defendem o seu projecto, e são depois — um por um — desorientados por deputados do PS e do PPD, justificando, inclusive, o auxílio de Vital Moreira (PCP), num momento de aflição.

Entretanto, enquanto MDP/CDE do Porto e a DORN do PCP atacam o comício do PS a realizar dia 18, o «Diário de Lisboa» publica na primeira página uma entrevista de Alvaro Cunhal ao «L'Humanité».

«A cooperação com os socialistas ainda é possível e desejável».

A noite, confirma-se o assalto das sedes do PCP no Lourinhã e no Cadaval.

Também, à noite, começa a intensa convocação dos Sindicatos do Porto, para uma interrupção de trabalho às 17 horas, uma manifestação às 19 horas e a montagem de barricadas para impedir o Comício do PS no Estádio das Antas.

De madrugada entram de prevenção várias unidades militares de Lisboa.

Ainda de madrugada, um comunicado do MCS critica notícias e editoriais de um jornal diário, considerados «inexactos, tendenciosos e altamente perturbadores da opinião pública», e nomeia uma Comissão de Inquérito. O jornal teria sido o «Diário de Notícias» do dia 16; a notícia, a cobertura da manifestação de organizações de esquerda revolucionárias; e o editorial, o artigo de Mário Ventura Henriques sobre Luanda e Rio Maior. Aliás, no dia de ontem, o Major Dinis de Almeida desmentira ao «Diário de Notícias» várias passagens da notícia, designadamente qualquer patrocínio do Comandante do COPCON, ou outra instância militar, à manifestação.

Méio Antunes parte para Roma, onde discutirá com Mariano Rumor as perspectivas do auxílio económico da CEE a Portugal.

O MFA e a crise

NO COMUNICADO EM que anuncia a libertação dos elementos ainda detidos do MRPP (que, registado, são incluídos entre "os portugueses verdadeiramente interessados no processo revolucionário em curso"), o COPCON considera grave o momento político actual.

Na verdade, a crise tem vindo a agudizar-se (ver págs. 3 e 4). As unidades militares estão outra vez de prevenção, o COPCON, num outro comunicado, admite a hipótese "até hoje evitada a todo o transe", de fazer "uso efectivo das suas armas". O PS enveretou uma nova "campanha eleitoral", o PPD de certo modo também, o PC parece atravessar uma profética fase de adaptação (ver pág. 2): directa ou indirectamente, PS e PPD hostilizam-se; indirecta ou directamente, PS e PPD desentendem-se. Apesar do Verão e das férias, as pessoas vão tomando consciência de que a crise económica existe e os vai afectar gravemente.

Entretanto, continuamos sem Governo e não há indícios de que o problema causado pelas saídas do PS e do PPD possa ser resolvido satisfatoriamente isto é, com pessoas isentas e competentes), em tempo útil.

A questão de fundo, no entanto, não é essa.

Na origem (e no fim) da crise está o MFA. Foi o MFA que fez o 25 de Abril, foi o Conselho da Revolução que, a partir do 11 de Março, definiu a política que todos conhecemos. É o MFA que tem de resolver a crise, não só pela quota-parte de responsabilidade que nela lhe cabe, mas também porque dispõe (ou deverá dispor) do poder real.

O MFA não pode continuar a ser o reflexo das tensões e dos conflitos que se verificam no país. O CR não pode permanecer um órgão supremo tornado inoperante, quando não contraditório, pela constante neutralização entre as correntes que nele existem (e, não venham, por isto, chamar-nos, mais uma vez divisionistas — não é o próprio general Vasco Gonçalves — ver pág. 12 — que exprime a urgência de "encontrar uma linha que vincule todo o MFA").

O MFA tem de optar. E precisa fazê-lo com muita urgência. Antes que os oportunistas de direita se aproveitem do descontentamento da maioria. Antes que os "vanguardistas" de esquerda consigam que a desejada socialização da riqueza se transforme na indesejável socialização da miséria. Antes que o poder vá parar às mãos dos mais repressores ou dos mais burocraticamente organizados. Antes que o desespero ou o ódio, os ressentimentos ou a fome coloquem os portugueses frente a frente, de armas na mão. A crise que estamos atravessando é explosivamente perigosa e não pode ser mais uma vez resolvida (ou adiada) por soluções de compromisso.

Na sua carta de demissão, João Martins Pereira afirma, a dada altura acerca do MFA: "Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestígio que ele próprio considera abalado". O problema mantém-se em aberto. Sacrifiquem-se, em termos políticos, claro, tão honrosamente quanto possível, as cabeças necessárias, mas crie-se a autoridade revolucionária, construa-se uma coesão inexistente, possibilite-se a vocação persistente, proponha-se ao país um caminho a que a maioria dos portugueses possa voluntariamente e livremente aderir.

O MFA tem de optar. Com urgência e com realismo. Com a consciência de que a sua opção deverá ser a que é possível e querida.

CARVALHO, Augusto de

Eugénio Rosa e as suas deturpações

Augusto de Carvalho

O AMIGO chamou a minha atenção para um artigo do Eugénio Rosa inserido no «Diário de Lisboa» de 3 de Junho de 1975 em que me era atribuída a defesa da PIDE devida a um texto por mim escrito neste jornal, de 13 de Junho, subordinado ao título «Cadeias Velhas em Corpo Novo».

Estava eu representando de facto, quando o «Diário de Lisboa» publica um outro artigo com o mesmo título. Eugénio Rosa não se volta a referir-se, de passagem, ao mesmo texto do EXPRESSO por mim escrito em que se pode ler: «nos órgãos de comunicação «outros independentes» reveladamente, para o sr. Luiz Soares, lê-se a defesa descarada dos ridos (veja-se «Cadeias Velhas em Corpo Novo» jornal EXPRESSO de 13-6-1975)».

Nos «Diários de Lisboa» de 3 de Junho escreve o sr. Eugénio Rosa: «interessa recordar também aqui e ajuda que o jornal EXPRESSO continua a dar importância à reacção interna e esclarecedor constatar que já no dia 13 de Junho — poranto duas semanas antes da fuga de 18 praias da prisão de Alentejo — o jornal EXPRESSO iniciava uma campanha que tinha como objectivo claro levar a opinião pública a compreender melhor a conduta dos agentes da DGS durante o fascismo. Assim, este jornal, em nome da sacrosanta verdade de imprensa, publica nesta carta enviada da prisão, pela ex-Agente da PIDE Anibal Pereira, onde esta afirma, referindo-se aos seus comparas: «se pois, injusta, ilegal e imoral, perante a Justiça dos Homens de Deus e da terra enunciada pela Organização Internacional dos Direitos Humanos, a situação desses homens te curioso que estes não se lembrem de tudo isto depois do 25 de Abril» e esclarecendo que seja o jornal EXPRESSO a abeir as «suas paginas» os «agentes da PIDE». Como tudo isto não fosse suficiente, em si chamado Augusto de Carvalho escrevia, sobre o mesmo assunto um longo artigo, onde se podia ler nomeadamente: «Então, meus caros senhores leitores caros não é para este sr. MEIAS, porque não basta este homem que há meses e meses está preso, sem interrogatório, sujeito a sanha da em-

atividade das multidões, sentimentos dos mais burgueses, precisamente porque destruído através do processo revolucionário («Cadeias Velhas em Corpo Novo» — EXPRESSO, 13-6-1975)».

Não responderia ao sr. Eugénio Rosa se não fora a resistência em dizer que eu defendia descaradamente a PIDE. Ao lê-lo e desconhecendo eu de quem se trata, fiquei verdadeiramente estupefacto tal o descaramento das suas afirmações que mais não são que vulgares menuras. Das duas uma: ou o sr. Eugénio Rosa sabe ler e é mal intencionado ou não sabe ler, que é como quem diz, não percebe o que soeitra e então deve pensar duas vezes antes de se pronunciar levemente sobre assuntos que não entende. Nesse artigo defendi eu o julgamento popular de todos aqueles que se encontram detidos. Não apelo da PIDE. Está indubitavelmente esse caso, mesmo o sr. Elmano Alves, agora em descanso no Brasil que depois de preso, há longo tempo, foi autorizado a viajar tranquilamente para além-Atlântico.

Sei que para o sr. Eugénio Rosa pedir o julgamento popular (julgamento revolucionário por conseguinte) é defender descaradamente o réu? Não leu o sr. Eugénio Rosa que eu apresentava como modelo a sociedade que em Moçambique se está a construir sobre a orientação da Frelimo e que me referia às prisões no contexto revolucionário dizendo que também elas têm de o ser? Saberá o sr. Eugénio Rosa o que é a Frelimo ou será incapaz de entender uma revolução a sério, baseada apenas nas aparências? Porque me calania descaradamente? Será que lhe deram ordem para isso e porque incapaz de perceber textos revolucionários que perfloram a modificação estrutural da sociedade portuguesa em que o povo não seja enganado mas participe na sua construção mediante uma autêntica democracia popular, inclusive nos julgamentos, se atira a mentir sem a mínima preocupação? Não foi capaz de entender que eu apresentei uma série de sintomas que podem fazer pensar a «revolução»? Não lhe repugna, sr. Eugénio Rosa, à sua consciência de homem, mentir descaradamente?

BRANDÃO, José Augusto

Arquitectura: projecto generativ (de ensino) ou aventura

Tomaz Tava

DE UMA análise quantitativa ao número de alunos que, em princípio, cursariam as Escolas de Arquitectura de Lisboa e Porto, e de análise ao número médio de alunos de algumas escolas estrangeiras, poderemos chegar a estas conclusões:

a) O número aproximado de alunos, por escola, é:

Escola de Lisboa: 960 (sem contar com os alunos em transição de curso); Escola do Porto: 300; Número total de alunos de arquitectura: 1260.

As Escolas de arquitectura no estrangeiro:

Média de alunos por escola: Ingleses: 300; Alemães: 300 a 400.

Isto leva-nos a considerar que, se a secção de arquitectura da ESBAP está bem dimensionada, quanto às condições de ensino, a de Lisboa encontra-se com um empolamento exagerado. Daí poder-se tirar uma primeira ilação; a necessidade de se criarem novas unidades escolares de modo a permitirem uma qualidade de ensino compatível com a aquisição de conhecimentos tecnológicos e ideológicos da profissão.

Deste modo, se considerarmos como válido o número de 400 alunos por escola ou departamento teríamos, no total, atingido este ano de 1260 alunos o número de 3 unidades escolares.

Três unidades escolares que, na nossa opinião, deveriam ser localizadas no Porto, em Lisboa

e no Algarve (na Universidade do Algarve).

Este aumento de duas escolas ou departamentos para três, das quais uma fora das grandes manchas urbanas, radica-se na própria ideia política de regionalização do país e logo no seu acompanhamento por estruturas pedagógicas de ensino. Esta regionalização integrará, muito melhor o aluno e o arquitecto nas realidades regionais, sendo, deste modo, um elemento social muito mais apto a raciocinar em termos de região, sem condicionamentos funcionais, ecológicos, humanísticos, naturais e urbanos.

Do mesmo modo esta primeira descentralização para zonas fora das manchas urbanas principais, poderia, ou melhor, permitir o cruzamento de técnicas de ensino, de cooperação, activação e participação directa na reconstrução regional do país, não só em termos administrativos, como políticos e económicos. Logo poder-se-ia transformar esta descentralização pedagógica numa primeira acção para o repovoamento, em moldes extraordinariamente diferentes do que até agora se fez, das manchas de rareficação urbana, usando-se técnicas e métodos de planeamento, aliadas a uma integração dos conceitos de articulação industrial, agrícola, recreio, etc.

Quase que poderíamos chegar neste nosso ensaio à preocupação em prever que mesmo as escolas integradas na grande Lisboa e Porto fossem dedicadas para a periferia, mantendo grupos de acção e de intervenção

directa escolar e técnica em manchas do país a determinar, não só durante os cursos, como nas fases iniciais de indole post-académica.

Esta descentralização teria, por outro lado, outras duas consequências: a primeira que seria a acção das Escolas no estudo, investigação, pesquisa, técnicas a nível do sector do planeamento regional e urbano; a segunda seria a acção das próprias regiões na escola, quer pela resposta que aquela daria à formação de técnicos, não só de nível normal, quer isto dizer sendo como fonte de incorporação escolar o aluno normal, como poderia abrir as suas portas a todo aquele técnico, de profissões inferiores, que, deste modo, por terem escolas próximas dos seus locais de vida e trabalho, poderiam melhorar as suas condições de existência num sociolumbo de vida e de actuação profissional e humana.

O número de 400 alunos por unidade escolar, ou por departamento, sendo já um número elevado permite contudo manter um nível de ensino em que se personaliza a relação aluno-professor, principalmente importante neste tipo de escola e de ensino, em que a didáctica e a praxiologia andam conjuntamente a par. Esta base profundamente prática do curso exige que não se ultrapasse um determinado número de alunos por professor, sob a pena de, para além do qual, as escolas ou se desarticulam em grupos, ou procurarem criar estruturas

ou métodos de ensino «massivos», com o uso de técnicas audiovisuais e mecânicas como esses métodos e técnicas são renoveis para grande número de interessados, os intervenientes, parece-nos que departamentos ou escolas em «número de unidades não a tão grande expressão numérica muito mais válido fragmentar total de alunos do país em centros de trabalho, não optimizado do ponto de vista pedagógico, pois isso tra-nos-a problemática económica importante por números médios que têm ordem de valor não queriam nem fragmentassem o dia e o professor-aluno, mas sim possibilitassem uma integração socialista dos dois intervenientes no ensino.

Lembro-me que ideias semelhantes pelo Prof. Francisco Silva, como orgânica a estrutura de cursos superiores se estreitamente válidas e aproveitáveis para este tipo de escolas ou departamentos.

Por outro lado, este número-aluno permitiria um tipo ensino prático em que trabalhos reais e realizáveis poderiam vincular-se praticamente à escola, a fim desta realidade no universo de ensino (contidos como universo de estruturas pedagógicas - estrutura, metodologia e finalidade) toda a acção de realizações e investições, onde o Mundo registasse sentido profundamente aluno, professor e técnico partem usar toda a aparelhagem

Rectificação

NA SEMANA PASSADA ACONTECEU um lapso que podia ser trágico se os dois implicados o não tomarsem com tanta leveza e sentido do humor, desdramatizando desde logo o incidente.

Acontece que publicamos um artigo de José Augusto Brandão sob o nome de Tomaz Tavares. Ambos tratavam de problemas do ensino em arquitectura. Sinceritos, pois, aos vossos leitores que leram o artigo do número passado, sabendo agora que ele é de José Augusto Brandão e eu lecturador e de Tomaz Tavares que aqui publicamos.

operacional da unidade de ensino que inclui o laboratório, a oficina, a biblioteca e o todo ou quase todo tipo de Centro de Informações integrando meios complexos mecânicos e electrónicos.

Tudo esta estrutura de ensino que mais tarde se irá definir terá que implicar uma política de descentralização de serviços de apoio em unidades de tamanho médio, e para ter outras concepções extremamente valiosas de interpretação das relações não só entre professor e aluno, mas entre estes que é extremamente importante, são as relações entre áreas do saber ou do ensinamento.

Isto leva-nos a ter que afirmar que uma escola, como tal, é pensada para um País onde a distribuição de recursos humanos e materiais, seja feita de uma forma que permita uma série de áreas ou fronteiras do conhecimento, mas de um modo organizado que permita ser uma articulação e não uma totalidade total e global dentro delas, de modo a que se pudesse passar de um reconhecimento mútuo, do campo por campo, para uma especialização de três ou três campos. Julgamos mesmo que para além de áreas comuns a todos os campos ou sectores, raras as escolas poderiam desenvolver áreas determinadas de acordo com o sentido de regionalização do país, ao mesmo tempo que poderiam formar especialistas de nível internacional em determinados sectores identificáveis com um conjunto de terminos do ensinamento.

Tudo isto vem a propósito do que se está a passar, em Portugal, desde do despacho de 26 VI/75, do Secretário de Estado do Ensino Superior, e que segundo esse despacho será uma Comissão Instaladora formada por especialistas representantes de uma série de Ministérios entre eles o MESA, o MAI, o MPCE e o MEIC aos quais se poderão juntar diversos especialistas em organismos sócio-profissionais que irão estabelecer as novas directivas da futura Escola de Arquitectura de Lisboa e que limita inicialmente a Lisboa quaisquer alterações de fundo do ensino por um lado, e por outro deixa de olhar o ensino como um território do conhecimento que será função de características diferentes consoante o que nós chamamos a regionalização do ensino.

Isto leva-nos a concluir que o MEIC mais uma vez se vê a preocupar com assuntos de importância e não com assuntos de fundo, porque serão representados e interessa ao representante do MAI nesta Comissão? Não será que este representante será mais pertinente num estado de descentralização dos pólos educativos? Qual o interesse do representante do MESA? Não será que ele seja mais válido numa Comissão que representa

integrar tipologias de edifícios urbanos, regionais e rurais, quanto às qualidades e quantidades de equipamento, habitação e poluição (ruído, vibrações e ruído) visto porque temos ainda uma centralização muito forte e um conhecimento estivo, análise e prática conjunctiva?

Qual a necessidade de integrar um especialista representante do MPCE numa comissão organizadora desta índole, pois não seria mais válido e útil que fosse a planificação económica geral englobando os conceitos de ensino e de escolas que esses representantes tivessem um papel extremamente importante?

Ora por tudo isto pensamos que estes sectores foram escolhidos não por interesse que transmitam o que o país precisa, pois ele pensa e manifesta-se a nível diferente deste, mas porque se quer talvez dar oportunidade a determinados pessoas ou a determinados serviços públicos de desenvolver um sector da vida pública.

Deus queria que estejamos atentos e que não suceda o que tem sucedido a todos os sectores por onde têm passado determinadas influências.

Ainda rara mais o mesmo despacho afirma que a «Comissão Instaladora» da nova Escola poderá agrupar especialistas variis e por outro lado deverá ouvir representantes dos órgãos socio-profissionais interessados. Isto parece-nos igualmente estranho, pois investe totalmente o problema, já que uma Comissão Instaladora de uma Nova Escola de Arquitectura deverá ser formada principalmente por estes representantes, e não estes representantes serem ouvidos somente como descarga de consciência e nunca com a efectividade necessária.

Os órgãos da classe tornam-se, segundo o despacho, consultores e não componentes de facto, enquanto que os representantes especialistas dos Ministérios Sectoriais em vez de serem os consultores são componentes reais. Parece que o conceito científico, técnico e político da composição desta Comissão é estranho e ambíguo.

O mesmo se pode dizer quanto ao «Instituto Pedagógico» da Escola actual que só tem um representante nesta Comissão. Passamos à frente.

A nova tese é que o MEIC talvez não compreenda de facto qual é o papel do arquitecto e da arquitectura no momento actual e da sua importância no momento da democratização e socialização que estamos a atravessar. Semão vejamos quem formará administrativamente esta Comissão. Aguardamos.

Augusto Pereira Brandão

LUCENA, Manuel

ANGOLA é hoje tema tratado por MANUEL DE LUCENA, nosso colaborador habitual, cujas análises que, desde antes do 25 de Abril, tem publicado no EXPRESSO, acabam de ser coligadas num volume "Portugal correcto e aumentado". TOMÁS TAVEIRA fala do problema do ensino em arquitectura, tema entre todos actual, visto que, depois de um ano e tal de impasse, a Escola de Belas-Artes acaba de ver nomeada uma Comissão Instaladora que representa o triunfo da linha que decidiu aceitar as propostas do MEIC o que não satisfaz grande parte dos alunos e professores da Escola, no número dos quais o autor do presente artigo se inclui.

Angola e a revolução portuguesa

Manuel Lucena

COSTUMA dizer-se que o destino da revolução portuguesa está intimamente ligado à descolonização. Diz-se muito mas talvez se pense pouco. E tem sido uma verdade vaga, por vezes usada como meninaria. Ligeira troça-lá por miúdos, numa altura justamente em que Angola arde; e em que os fados, por cá, também nos adojam em tom.

1. Da imprevisão

a) É deceçável que os movimentos de libertação angolanos consigam entender-se, de modo a se dar início a uma transição relativamente ordenada e pacífica. Assim o queiram. Mas já não podemos (como no fundo não podíamos) contar com isso. A experiência manda que se considerem as conversas entre eles e os eventuais abraços, como pausas tácticas, preparatórias de futuras investidas. Isto até prova em contrário — e oxala venha ela.

b) Este nosso obrigatório optimismo também deve ser activo. Prevê-se para proveito. E Portugal será severamente correccionado, com inteira justiça, pelo que continue a suceder num território que ainda está sob a sua alçada. Lançamos depois todas as culpas para cima dos movimentos desavindos, acicados pelo singular ou plural imperalismo, seria uma saída de bastante mau pagador. E não pagava. Estamos mais do que avisados. E o que se nos pede é que nos antecipemos enfim aos acontecimentos, para que não sejam só desgraças.

c) Tal se pede sobretudo ao poder revolucionário português. Que se decida relativamente a

Angola. Não tem outra maneira de merecer o nome sem de salvar a prometida revolução. Para nada dizer da cívica moral coitada.

d) Porquê? Um colapso angolano teria um desfecho nefasto sobre a revolução portuguesa: estragá-la por dentro ou dar com ela redondamente no chão. Obrigaría a pior das ditaduras revolucionárias (a de incompetentes), se não chegasse para repór direitas duras. E quicá uma coisa levasse a outra, para faltar vilanagens.

Há que evitar ambas.

2. Contra a falsa profúncia

a) Angola dá muitas centenas ou mesmo milhares de mortos, frequentemente atirados, por cada acesso de discórdia. E os feridos, os desalojados. Donde o justificado pânico de todas as populações afectadas. Na população branca, esse pânico origina a tendência ao regresso em massa à metrópole. E não parece que alguns punos quentes novas promessas verbais ou até uma acalmia, cheguem para estabelecer a confiança. Considere-se ainda, além da segurança das pessoas, o caso de uma mínima garantia dos bens. Conclusão: sem uma eficaz garantia político-militar (portuguesa) o êxodo consumar-se-á.

Ora não parece que a nossa frágil economia metropolitana possa acolher decentemente os regressados. O desemprego não esperou por eles para grassar. E teme-se que, com eles, doa a dobrar. Ou seja, entre outras coisas, que duplique a sua taxa, tornando-se insupportável.

Outra consequência de um retorno maciço dos colonos seria política: sintoma máis do que um fracasso, os regressados viriam engrossar a oposição ao actual regime e fornecer-lhe alguns argumentos como punhos, de difícil resposta.

b) Face a tudo o que precede era natural, para não dizer inevitável, que a revolução portuguesa, para não ser vencida, fosse levada a dispensar de vez as liberdades políticas, que já andam aliás a pericitar. Além das liberdades ditas burguesas, muito teria de sacrificar e reprimir os próprios trabalhadores, a começar pelos desempregados.

c) Acresce o seguinte: que, sem uma decidida intervenção nossa, os movimentos nacionalistas angolanos se arriscam a entrar numa verdadeira e própria guerra civil. Ora nenhum deles parece capaz de controlar a totalidade do território. No horizonte da guerra civil estão portanto a amputação ou a balcanização de Angola, porventura definitivas.

Chegados a este passo, convém lembrar o quanto a unidade de Angola é preciosa para Portugal. Uma grande colónia deve dar um grande país. Em dela se fazendo outra coisa (como umas tantas agências) mostrar-se-á um mau serviço à África. E mais: perder-se-á o espírito da nova lusofonia, dessa posteridade cultural e nexa geo-político que é a grande justificação, bem vistas as coisas, da nossa própria independência nacional.

Parcem esquecidos disto alguns dos que levam a vontade de nos distinguir na Europa até à

velidade de nos separar dela. Curioso lapsus.

d) Confesso ou camuflado, um descompêto português em Angola teria sido duas consequências na revolução portuguesa, a sup-lá durável: desmas das liberdades e diminuição de independência nacional. Em o que só poderia aproveitar a socialista gunitários e inseridos na estratégia mundial de uma grande potência. Desde logo se pensa aqui no P.C.P., publicamente contrário a envolvimento angolanos de envergadura. Bom, não vale a pena investir. Apenas se refere uma específica e potencial coerência intermccional, aparentemente contrária ao programa do MFA. Quem não queira cometer graves pecados de inocência política tomara isto na séria conta.

e) Uma postura atenta e de sistemática timidez em Angola poderá estar na convergência do comodismo mais terra-a-terra com o sonoro princípio de que a cada povo cabe escolher entre a concórdia e a discórdia civil; e com desígnios planetários, alienos, para os quais os portugueses e os angolanos não passam de pedes. Após quatorze anos de combate estéril, bem se compreende agora que os de cá desconfiem de quem os leve a lutar pelos de lá; e até prefiram gritar pelos ruas de Lisboa «que viva o M.P.L.A. e que se aguentem», ou nem isso. Mas trata-se de um erro grave. Em Angola, os portugueses ainda têm mas é muito que fazer por si próprios. E em nada querendo atrevar, petiscar-lo que atrás se viu: desprezo e pranchadas não tardou um rufo. Com a falta prudência o nosso mal é certo. Antes as incertezas de um esforço honrado.

3. Princípios de actuação em Angola

a) A fórmula da «neutralidade activa», pela qual se define oficialmente a posição portuguesa em Angola, pode manter-se porque serve para tudo. Qualquer dos seus termos pode conter o outro, consoante as circunstâncias. Mas um correcto entendimento não deve derivar ao sabor das ondas. A neutralidade apenas significa que Portugal, enquanto Estado, não tem que optar ideologicamente entre os movimentos de libertação, jogando a favor deste ou contra aquele. Mas «activa» quer dizer que o nosso país vai defender rigorosamente certas coisas, sem

ter de esperar por ninguém. E que coisas são essas? Essas três: a segurança das populações; a busca da vida económica do território; e a unidade política de Angola. Ora a situação já se degradou para além do suportável. Tornou-se sobejamente manifesta a insuficiência de intervenções diplomáticas junto dos beligerantes; bem como a utopia de um patrocínio essencialmente nulo. De modo que a linguagem da nossa ajuda, se a quisermos eficaz, terá de ser também a da força. Antes de ser feita tarde.

b) Portugal não pode seguir tolerando a guerra civil — a começar pelos confrontos urbanos e suburbanos nas suas barbas — sob pena de irremediavelmente se comprometer o processo de descolonização. Neste momento o M.P.L.A., expulso do Norte, espurou por seu turno a F.N.L.A. de Luanda. Mas, por muito que pense a certa esquerda, uma coisa não compeneta a outra. Ambas podem significar a divisão de Angola — e o desprestígio português. O que se pede às nossas tropas é que se contenham e reprimam os focos de violência, de modo a quem doer. Só assim manifestarão a firme intenção de proteger as populações. Pelo que aos brancos diz respeito, só assim será possível limitar hoje o êxodo, e depois controlá-lo, para mais tarde se inverter a tendência. Talvez isto implique a difícil expedição de mais soldados. É provável. Nem se pode ou proibir excluir a hipótese de os ver demoradamente envolvidos em operações militares de envergadura. E quer antes quer depois da independência portuguesa, em Angola pedindo, Portugal devia assegurar-lhe assistência militar contra eventuais agressões estrangeiras. A unidade de um território assim dificilmente se consolidará de uma só passada.

c) No problema da unidade de Angola podem de certo modo compreender-se todos os outros que a colônia tem. Pois não haverá unidade sem um forte poder político transitório; nem se, lida a transição, o futuro Estado independente de fracos. Ora a consistência política, cuja falta se faz cruelmente sentir, é igualmente factor de segurança social e condição «sine qua non» da normalidade económica. Falta consistência política a descolonização de Angola, aparentemente alinhavada no Alentejo. E o acerto algarvio precisa de ser revisito, mesmo que isso tenha

que ter praticamente feito a pretensão da sua mais autêntica aplicação... Ao revê-lo, será de termos em conta, antes de mais nada, a exigência de um poder que devêra possuir.

O fio condutor, comandante dos mecanismos e dos prazos da descolonização não se acha no terreno incorregido das ideologias contrapostas, entre as quais Portugal não tem de escolher. Mas pode ser rigoroso e praticamente consistente pela vontade de assegurar a unidade de Angola. Fazamos dessa vontade o nosso guia e o critério a luz do qual avaliar as iterações de todos os protagonistas, a aptidão dos esquemas propostos, a bondade das ações empreendidas. E então se verá por partes, ainda é que ela nos leva.

d) Não cabe aqui naturalmente profetizar. É o que atrás fica não consente sequer que desde já se avance muito num esquema de solução. Podem apenas apresentar-se algumas bases, que rapidamente se enumeram. Um primeiro lugar que o período de transição não pode ser tão curto como o previsto. Em segundo lugar que a posição arbitral portuguesa (política e militar) deverá ser reforçada. E em terceiro lugar que o puro eleitoralismo do Alveu não convém. Seria um ridículo insistir nos vícios do sufrágio

universal angolano; seria valorizar excessivamente em África um método político que excessivamente se pretende aplicar no nosso país europeu. Estes dois excessos talvez consigam fundir-se num só defeito, mas não ficariamos melhor. Para se conseguir uma razoável solução em Angola é favorável às forças mais valiosas do território antes se alguma necessário caldar a consulta eleitoral com reformas de estruturas que não esperem por ela. Um pouco como cá, com semelhante risco e a mesma necessidade de se ir em equilibrando legitimidades opostas...

Nem governo capaz, nem todas as correntes nacionalistas seriam de ter forçosamente assento, embora seja óbvio, no estado actual das coisas, que não existe um partido único capaz de tomar conta de Angola. O que se conserve, lá como cá, é que o MFA seja levado a preferir alguns, sem proibir os restantes. É o critério da unidade anti-trabalista e anti-racista, comtemplando, bem vistas as coisas, um princípio de progresso económico e social. Dispensando-nos de «a-priorismo» ideológico e de ingerências excessivas, evitaria do mesmo passo que passássemos a beneficiar a reacção angolana. E grandjeano-nos a apoiar na África revolucionária.

4. CONDIÇÕES PORTUGUESES

a) A linha de conduta, que acima se esboça não é de fácil aceitação em Portugal. Inverte-se em muitas críticas, particularmente ideológicas, tanto por trascuras, que não podemos passar agora em revista, como é de prever que a congruência delas alimentará uma oposição bastante considerável. De modo que, para que esta linha possa ser possível praticamente, convém, antes do mais, necessitar que os nossos governantes possam vigiá-la, ou seja, sem serem notados por eventuais contradições internas, nem desmentados por palavras por eles, pelo conhecimento dos queridos, etc. Esta condição não é, na realidade, mas seria erradamente considerada como necessariamente anterior a opção aspidotária. Bastaria que fossem conhecidos, com ele.

b) Esta condição não quer mais do que dizer, em termos de repulsa de poder, problema que a actual crise política criou unicamente pelo MFA, a submissão ao Conselho da Revolução.

O apoio do P.C.P. e de alguns partidos de esquerda, segundo nos parece, talvez não seja decisivo, mas talvez não para evitar, com as consequências na Metrópole de uma attitude desmoralizadora em Angola, quando os nossos compa-

represenham com militares fracos de evidentes dependências. Não seria um apocalíptico mas levar este assunto em consciência o pagamento do seu esforço ali. É preciso convencê-lo de que se trata de intrinsecamente de um interesse bem entre solidários, não em posições de um a nível de um, e a ONU, como instância, não pode, de uma ten de facilidade, e de que a intervenção pode ser agora prevenida e apoiada pelo nacionalismo africano. Ora disse-se que a solução viável fosse um governo, em maior número e não só, entre o N e os restantes partidos políticos portugueses. Quanto ao P.C.P. a sua votação de se o MFA não se altera, certas tre que não deviam de o aceitar, não é lícito.

Não há que se entender, desde que o PS e o PPD, e desde que correm. Mas não há de se alterar, caso nos a resignação de autonomia e a socialização da península, duas reais disposições e cercado. O que se não estava pois, ao resolver a actual crise política e a revolução portuguesa talvez se deslize e a guerra — e pelas suas condições em condições de política.

Vasco Gonçalves

Vasco Gonçalves

“Encontrar uma linha que vincule todo o MFA

NA ÚLTIMA Assembleia do MFA, o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves apresentou um Documento de Análise Política, cuja importância foi destacada pelo comunicado final da Assembleia.

Esse documento foi aprovado na generalidade e distribuído pelas unidades para exame e estudo de todos os militares.

O EXPRESSO pensa prestar um relevante serviço ao 25 de Abril, transcrevendo um documento fundamental para o processo revolucionário em curso.



1. Os factores da crise actual

É inegável que o nosso país atravessa uma situação de crise generalizada, cuja superação é urgente. Esta crise decorre dumha série de impasses, sofridos pelo processo revolucionário em desenvolvimento, cujos factores devem ser analisados.

1.1. O ataque do capital

É preciso que fique bem claro que o fascismo não é o capitalismo, mas apenas uma forma de expressão do seu domínio. Assim, quando se destrói o fascismo, não se destrói o capitalismo. A situação mudou-se em 11 de Março provis, sem margem para dúvidas, a situação do país passou a seguir-se ao 11 de Março, no sentido de atacar com o processo revolucionário, respondeu o capitalismo com uma série de acções que se podem enumerar:

— Recrudescimento do boicote económico externo e sabotagem global económica.

— Recrudescimento da campanha contra-revolucionária dos órgãos da informação interna e externa ao serviço do Estado.

— Exploração fora do seu contexto real, de casos como a República e Rádio Renascença.

— Deturpação do sentido das decisões e da Assembleia Constituinte e subsequente exploração.

— Facilitação desenfreada das situações indiciárias salariais.

— Agitação ao nível das empresas de serviços.

— Aproveitamento das divergências de opinião ou dúvidas existentes no seio do MFA, no sentido de dividir os seus órgãos constituídos: Conselho da República, Conselho Provisório e C. S. P. C. D. N.

— Aliança com as correntes obscurantistas no sentido de infiltrar e desagregar as Forças Armadas diminuindo ou anulando a sua capacidade de actuar.

— Faltatização do aparelho de Estado com base no empastamento burocrático e na le-

gitização fascista ainda existente, bem como na falta da autoridade real dos quadros.

— Exploração intensa do anti-comunismo alívico de grande parte do povo português, procurando enquadrar todos os conflitos numa perspectiva de opção pró ou contra o comunismo.

Perante estas e outras acções que se desenvolvem, devem os camaradas do MFA fazer um grande esforço de lucidez, não se deixando arrastar para lutas no campo do inimigo, o que acontece sempre que se analisam casos isolados, esquecendo ou minimizando a manobra geral que os enquadra. Há que evitar constantemente que "a árvore esconda a floresta". Se as opções são ainda "Revolução" ou "Contra Revolução" é preciso compreender que não são os casos pontuais que delimitam a atitude do MFA e essa opção de classe. É revolucionário tudo quanto faz avançar globalmente a revolução e contra-revolucionário tudo quanto globalmente, faz recuar ou lhes cria novas dificuldades. Não é através de juizes de valor para casos isolados que se caracteriza a revolução ou a contra-revolução. A opção do MFA pelas classes trabalhadoras parte dumha definição política clara e de uma prática constantemente coerente com essa definição.

1.2. Indefinição política

A prática demonstra que o MFA é coeso e sabe avançar e manter a sua aliança com o Povo, quando existe uma definição política e operante. Na fase da luta anti-fascista directa, actuou-se com coerência e unidade, e o próprio processo se encarregou de isolar e eliminar os que o contrariavam. As dificuldades agudizaram-se quando a questão principal passou da destruição do fascismo para a construção do socialismo. Efectivamente é muito mais fácil caracterizar uma atitude anti-fascista do que uma atitude socialista, até porque, só esta última, obriga a uma opção de classe e põe em causa os hábitos corresponsáveis a origem pequeno-burguesa da maioria dos elementos do MFA. Daqui as discussões, as dúvidas e as dificuldades relativas

à definição política. Tais dúvidas, discussões e dificuldades não são mais do que a expressão das contradições "classe opção socialista" no seio do MFA.

Para que a revolução se não perca, temos de superar rapidamente estas contradições, o que exige uma discussão ideológica em torno dos seguintes conceitos fundamentais:

— A questão central do socialismo é a questão do poder. Só a tomada do poder pelos trabalhadores permite estabelecer uma sociedade socialista.

— A criação de condições para que os trabalhadores actuem progressivamente ao poder, implica a existência de uma vanguarda política capaz de desenvolver uma prática política socialista.

— A constituição da vanguarda política exige uma correcta definição do inimigo na fase actual do processo. Esse inimigo é, única e exclusivamente, o capitalismo e todas as organizações ou elementos isolados que, directa ou indirectamente, o servem.

— Para além da definição política, só é possível avançar através de acções concretas, cuja possibilidade de realização depende estreitamente daquela definição política.

— O idealismo e o voluntarismo têm uma importância muito limitada na criação de condições de avanço para o socialismo, que são determinadas essencialmente pela luta de classes.

A discussão e electora, não pode limitar-se ao âmbito do Conselho da Revolução, mas estender-se aos comandos e delegações das unidades, por forma a encontrar uma linha que vincule todo o MFA, e permita construir em torno uela, a unidade e disciplina necessária.

1.3. Diluição do poder

A situação de facto, é que o poder se acha diluído e devido a essa diluição, entraficado. As causas desta diluição são diversas, parecendo mais importantes as seguintes:

— Após o 25 de Abril, e no sentido de combater o fascismo ainda activo, actuou-se toda a forma de poder ou autoridade não baseada na acção, no esclarecimento e no consenso

colectivo, quer a nível militar quer a nível civil. Esta via que possibilitou grandes avanços no processo, implicava a necessidade de criar novos conceitos de autoridade e disciplina, alertando as necessidades objectivas da revolução e implicava também a clarificação aos olhos de todos, dessa mesma revolução, desfazendo as ambiguidades e eliminando as contradições entre as palavras revolucionárias e as realidades quotidianas (contradições entre as acções contra-revolucionárias e de sabotagem económica e a legislação aplicada, contradições entre o nível de salários dos trabalhadores e o das administrações, contradições entre a necessidade de habitar e o valor das rendas, contradições entre a situação económica de inúmeros saneados e a dos desempregados, contradições entre objectivos de independência nacional e a política de comércio externo, contradições entre a

opção socialista e a composição da coligação governamental, etc.)

A fraca clarificação política, a identificação fluida do inimigo e as contradições, impossibilitaram quase totalmente o estabelecimento de novas referências para o exercício da autoridade e da disciplina, abriram, a porta ao esquerdismo e criaram nos órgãos de execução mais sãos o hábito de verificar a justiça das directivas recebidas dos órgãos superiores, verificação que, fazendo-se geralmente sobre casos pontuais, carece com frequência de perspectiva global.

Tal conduta, é, no entanto, praticamente a única que permite salvaguardar um mínimo de disciplina de actuação e evitar graves contrações.

O restabelecimento da confiança entre os órgãos de direcção política, os órgãos de execução e as bases, passa ainda pela discussão ideológica e pela já referida de-

finição política, afirmando-se perfeitamente utópica qualquer velocidade de restabelecimento de autoridade e disciplina por outra via, devendo chamar-se a atenção para o perigo de que o cansaço e a continua degradação do processo animem a tentação da ordem pela ordem, cujas consequências são sobejamente conhecidas.

1.4. O esquerdismo

Tem-se verificado ao longo do tempo uma continua escalada do esquerdismo.

A análise desta escalada deve fazer-se com o máximo de senso e lucidez. Se o esquerdismo é objectivamente um aliado da reacção, o seu desenvolvimento encontra não só nessa reacção como na falta de capacidade de resposta dos órgãos às necessidades do processo revolucionário, na indefinição e nas contradições já referidas.

2. Condições de superação

No âmbito político a superação da crise passa, tal como foi dito antes, pela definição e discussão das questões centrais do processo de transição para o socialismo, nomeadamente:

- a) A questão do poder
- b) A caracterização do inimigo.
- c) A questão da vanguarda.

Após esta definição, há que resolver o problema prático essencial de como se processa a transferência do poder para os trabalhadores, o que levanta duas outras questões: a transformação do aparelho de Estado, e a ligação MFA-POVO.

Retomando, por ordem, as questões acima deverá reflectir-se sobre o seguinte quadro:

a. a questão do poder

Ao afirmar-se que a questão principal do socialismo é a tomada do poder pelos trabalhadores, faz-se uma afirmação estritamente baseada na análise lógica da realidade. De facto, a luta de classes não termina com a destituição do Governo burguês, tal como a reprodução das relações sociais burguesas não cessa automaticamente ao nível das empresas e dos diversos aparelhos políticos e ideológicos com a simples estatização dos meios de produção.

Assim, o estabelecimento das novas relações sociais terá que ser imposto durante um certo período, o que exige o poder nas mãos dos trabalhadores, já que seria puramente fantasioso esperar que a burguesia impusesse relações contrárias aos seus interesses.

b. A caracterização do inimigo

Aceitando que a questão fundamental do socialismo é a tomada de poder pelos trabalhadores e que ela decorre de permanência de luta de classes, é claro que os inimigos do processo são os que defendem interesses de classe antagónicas dos trabalhadores, através de organizações políticas afectas àqueles interesses.

Nesta perspectiva, nenhuma organização política que lute concretamente pelo estabelecimento do socialismo, ainda que a via proposta seja susceptível de discussão, pode ser considerada inimiga do processo ou inimiga do MFA sob pena de se fazer o jogo da reacção.

c. A questão da vanguarda

Definida a questão do poder e caracterizado o seu inimigo surge a necessidade da vanguarda política.

A necessidade decorre de ser impossível o acesso imediato dos trabalhadores ao poder, cabendo à vanguarda conduzir o processo e criar ao longo do tempo as condições necessárias para que tal acesso se dê.

A amplitude da vanguarda terá de ser obviamente limitada às organizações políticas que lutam pelo socialismo "de facto", ou seja pelo domínio dos trabalhadores sobre os meios de produção e as suas condições de existência.

d. A transformação do aparelho de estado

e a ligação MFA-POVO

Enumeradas as questões principais é conveniente asseniar nas duas condições mais importantes de realização prática do processo socialista. A primeira consiste na transformação do Aparelho de Estado, implicando o seu domínio agindo-unitariamente na realização dos interesses dos trabalhadores. A segunda consiste na criação de órgãos de poder popular partidários que apoiados na democracia directa, possam exercer a dinamização e controlo do Aparelho de Estado em transformação. A ligação MFA-POVO permitirá, se bem compreendida e levada à prática, realizar esta segunda condição.

2.2. De carácter concreto

2.2.1. No âmbito político-económico

Para além do suporte ideológico da Revolução socialista, a tomada de um determinado número de medidas concretas, classificadas de forma inequívoca perante o povo português o sentido da revolução e permitirá o lançamento das necessárias medidas de austeridade num quadro de actuação coerente, julgam-se fundamentais as acções a seguir relacionadas:

OBJECTIVOS:

- 1) Eliminação dos privilégios da grande burguesia e outros sectores favorecidos.
- 2) Eliminação do poder económico e privilégios dos grandes grupos monopolistas e latifundiários e apropriação colectiva dos meios de produção.
- 3) Apoio à produção nacional e ao emprego no quadro do arranque para o P.E.T.

2.2.2. No âmbito político-militar

2.2.2.1. Formação política

O papel que o MFA desempenha no processo revolucionário implica a existência de uma sólida formação política dos militares a todos os níveis. Só através da compreensão a cada momento das tarefas que competem às Forças Armadas é possível transformá-las no braço armado do povo.

a. Instrução

A formação política deve constituir um aspecto fundamental na instrução militar. Assim, deverão ser elaborados programas para a recruta e especialidade em que a formação política entre com peso pelo menos idêntico ao da formação militar. Tais programas devem ser elaborados pelos Gabinetes Dinamizadores e incluídos nos planeamentos das Direcções de Instrução. Para além da recruta e especialidade devem destinar-se tempos fixos para a formação política na denominada Instrução do Quadro Permanente, a Academia Militar, a Escola Central de

Sargentos e outros organismos de ensino militar deverão também ministrar programas próprios e aprofundados sujeitos ao controlo dos Gabinetes de Dinamização.

b. Gabinetes de dinamização

Os Gabinetes de Dinamização devem ser dotados de pessoal e meios que lhes permitam assumir o papel de direcção política, na dependência directa do Conselho da Revolução. Caberá a esses Gabinetes a elaboração e controlo de todos os programas de formação política aos diversos níveis. Deverão, ainda, organizar cursos de quadros instrutores e monitores e difundir através dos G.D.U. documentos ideológicos e temas para discussão.

c. Aproveitamento do pessoal

Deverá ser dada a possibilidade de continuar nas fileiras aqueles elementos do contingente que demonstram ao longo do tempo de serviço "bomuir qualidade" de chefia e estarem perfeitamente identificados com o espírito do MFA. Esta medida facilitará a obtenção de bons monitores e conferirá continuidade ao processo de formação. A selecção destes elementos seria feita através de informação dos Comandantes das Unidades, dos Delegados do MFA e do pronunciamento das A.D.U. sendo qualquer delas eliminatória.

2.2.2.2. Informação e discussão ideológica

A fim de manter a unidade de pensamento e acção dentro do MFA, torna-se imprescindível a informação correcta e oportuna a todos os escalões, e a discussão ideológica.

No que respeita à informação devem ser elaborados e difundidos boletins semanais de informação, contendo sobre todos os aspectos importantes da vida política nacional, particularmente o fundamento das decisões tomadas pelos órgãos de direcção política.

Estes boletins obrigatoriamente na sede das A.D.U. e complementados com a informação transmitida pelos Delegados do MFA.

No que respeita à discussão ideológica seriam fornecidos temas a discutir ao nível A.D.U., a nível de Regido Militar e a nível nacional através de reuniões periódicas das Assembleias Regionais e das Assembleias do Exército exclusivamente destinadas ao debate ao nível ideológico (a Força Aérea e a Marinha adoptariam processos idênticos adaptados às suas estruturas). Desta forma separar-se-iam as acções destinadas ao tratamento de casos concretos, obtendo-se maior operacionalidade.

2.2.2.3. Disciplina

É absolutamente necessário implantar uma nova disciplina nas Forças Armadas. A sua base reside em questões já tratadas como sejam a definição política e a compreensão do papel das Forças Armadas no processo revolucionário. Na prática há que tomar medidas no sentido de instaurar de uma vez por todas a hierarquia da competência o que pressupõe admitir graduações nos escalões mais baixos, e terminar com o saneamento de base passando a ser o comportamento no decurso do tempo a forma de aliar a integração dos militares ao processo revolucionário, devendo recorrer-se essencialmente aos pareceres da A.D.U., Delegados do MFA e Comandantes, entidades que podem fornecer elementos extraídos do quotidiano, para as futuras avaliações.

MACEDO, *Carlos*

Um secretário demissionário fala dos seus 4 meses de governo: **SOLUÇÕES HÁ, MAS FALTA AUTORIDADE PARA APLICÁ-LAS**

CARLOS MACEDO é um dos Secretários de Estado e, esta semana, pediu a demissão do seu cargo, por razões políticas de ordem pessoal: falta de operacionalidade do seu Gabinete por crise de autoridade.

Para além de desenvolver os motivos que o levaram a tomar esta decisão, o ex-Secretário de Estado fala-nos do projecto do Serviço Nacional de Saúde que deixa pronto para execução. Este projecto insere-se num outro mais vasto, que inclui a reestruturação completa do próprio Ministério, acabando, nomeadamente com os Directores-Gerais e promovendo uma efectiva descentralização técnico-administrativa.



PRESSO: Sabemos que V. m. para sair do Governo independentemente da saída do Sr. Faleiros das razões da sua saída.

CARLOS MACEDO: A minha sa e o Governo tinha-se posto. Na primeira vez, há cerca de dez dias em virtude de um chamado número de dificuldades que tinha a sentir, com um peso de há três semanas a parte.

EXP: Dificuldades técnicas ou políticas?

C. M.: Em quatro meses o meu Gabinete conseguiu, através dos colaboradores que me rodeavam, as respostas técnicas aos problemas mais prementes neste momento, de tal forma que conseguimos equacionar as linhas gerais de um Serviço Nacional de Saúde para Portugal. Unicamente a falta de três semanas, comecei a sentir, de uma forma bastante enxada, dificuldades de ordem política.

Estas dificuldades inseriam-se numa crise de autoridade total e ao promissas o meu gabinete ser sucessor. Posso dar dois exemplos. Quando o actual Hospital Nido Valente (o ex-Sanatório do Jacar) foi transformado portanto, em hospital central geral...

EXP: — Havia uma decisão da Secretaria de Estado da Saúde...
C. M.: — Sim, o chamado desanexamento do IANT... A Comissão Instaladora, que até à data, nunca tinha sido homologada, desde o tempo do A. Góthardas, embora se considerasse representativa dos trabalhadores ou, houvéssemos, por outro lado, poder parte dos trabalhadores se dissessem que ela não era representativa...

EXP: Era uma Comissão auto-nomeada?

C. M.: A maioria dos trabalhadores consideravam que era uma Comissão auto nomeada. Tinham tomado conta da gestão hospitalar. Essa Comissão começou com problemas de ordem interna, em termos de disciplina, o que me obrigou a ter com eles alguns contactos de forma a tentar ultrapassar essas dificuldades disciplinares que estavam a coarctar, por completo o trabalho hospitalar no Hospital Palido Valente.

Apesar de um determinado número de conversas tidas entre nós, a certa altura o Sr. Ramos da Silva pede a intervenção das Forças Armadas, nomeadamente, da Escola Prática de Administração Militar, que entraram armados no Hospital Palido Valente, tentando por estes processos sanar o ambiente ténico que existia no hospital. Isso obrigou-me, na altura, a ter uma intervenção junto do Conselho da Revolução — falei com um dos membros do C. R. em que puz claramente o problema, de que nunca poderia permitir que num hospital houvesse qualquer intervenção armada.

EXP: — Isso é o primeiro exemplo. E o outro?

C. M.: — Refere-se à célebre Clínica de Santa Cruz, que quando eu entrei para Secretário de Estado da Saúde tinha um problema laboral, os trabalhadores estavam divididos.

Não se sabia o que é que se poderia fazer da Clínica. Ainda não estava nacionalizada pelo Conselho da Revolução. E eu fiz três pedidos ao C. R. para se explicar concretamente quanto à Clínica de Santa Cruz. Até hoje não obtive qualquer resposta. Tanto que estava para elaborar um projecto de diploma legal que lizesse essa nacionalização. De

qualquer forma assami a responsabilidade de tratar a Clínica de Santa Cruz como se estivesse nacionalizada. O meu Gabinete resolveu problemas laborais, arranjou uma solução de ordem ténica providória para transferir para lá a Maternidade Magalhães Coutinho (que está interdita pela Direcção Geral das Construções Hospitalares, por ameaçar ruir) e posteriormente essa Clínica de Santa Cruz seria, juntamente com o Hospital Egas Moniz, transformado num grupo hospitalar para fazer a cobertura médico-sanitária da zona ocidental de Lisboa. Reuni com as Comissões de Trabalhadores, reuni com a Comissão Instaladora de Santa Cruz, reuni com a Comissão Instaladora dos Hospitais Cívicos, com a Comissão de Reforma da Magalhães Coutinho. E quando o estado estava resolvido do ponto de vista ténico, as Forças Armadas, por intermédio do Major Barbosa Pereira, resolveram que a solução talvez não fosse a mais correcta. Acharam que aquele hospital deveria ser transformado num hospital do povo, um hospital geral polivalente, já ab initio, descontinuado em absoluto o que é que um Hospital Geral Polivalente.

EXP: — O major Barbosa Pereira que funções é que tinha?

C. M.: — O major Barbosa Pereira é um oficial do Regimento de Engenharia da Pontinha. Tive uma reunião com o major Barbosa Pereira, com a Comissão de Trabalhadores da Clínica de Santa Cruz, com a Comissão Instaladora dos Hospitais Cívicos, com a Comissão de Reforma da Magalhães Coutinho e com um elemento do Conselho da Revolução — que eu pedi propositadamente —, o major Sousa Almeida. Nessa reunião, foram debatidos os vários problemas de ordem técnicas, as

dificuldades apresentadas pela Comissão de Trabalhadores da Clínica de Santa Cruz, em certa medida defendidos pelo major Barbosa Pereira, que, após as nossas explicações concordou que a nossa solução era a melhor. Era a única viável neste momento. Na 2.ª feira seguinte, há uma reunião das Comissões de Moradores de Carnaxide, e para minha surpresa, a intervenção de um cabo do Regimento de Engenharia da Pousiã (salvo erro, Cabo Amparo) resolve rotular o Secretário de Estado de reaccionário e considerar que nós estávamos a pretender transformar um hospital do povo numa maternidade que era só para benefício de alguns. É evidente que aqui se me começam a pôr de uma forma aguda toda uma série de problemas de funcionalidade do Gabinete. E eu considero que uma Secretaria de Estado deve ser essencialmente um órgão técnico-normativo, mas não

há governo nenhum que possa funcionar nestas condições.

Há ainda outro exemplo frisante que diz respeito à maternidade Alfredo da Costa. Foi publicado no «Século» uma notícia dizendo que uma médica progressista tinha sido suspensa.

Ora a verdade dos factos é a seguinte: A Comissão Instaladora da Maternidade Alfredo da Costa tinha proposto a suspensão desta médica por incompetência profissional. A Secretaria de Estado da Saúde entendeu que só depois de inquérito concluído é que deveria considerar ou não culpada a médica em questão. Portanto a cerca da correcção da notícia publicada foi enviado um esclarecimento para o jornal «O Século» e para o Ministério da Comunicação Social com pedido de publicação. Até hoje não foi dada qualquer satisfação. Isto é um exemplo da inércia por parte da nossa imprensa.

ESP. — Durante os meses em que esteve no Governo sou o que quem as suas relações desde do Governo e com o Conselho de Saúde?

C. M. — As minhas relações com sempre foram. Entendo-me com os médicos em Alentejo, penso que o C. I. considero intimamente com as suas propostas e apresentações pelo seu Gabinete, até quando, quando disse, em todo o caso, quando se chegou à fase de elaboração de um determinado plano de medidas, e não caso de um exemplo concreto, eu não tinha a mais pequena autoridade de autoridade para o fazer.

ESP. — E durante esse período que conseguiu fazer?

C. M. — Consegui estabelecer as linhas gerais para uma primeira fase do Serviço Nacional de Saúde.

Desde então, a pé, em

possibilidade de avançar para a realização do Serviço Nacional de Saúde. Foram lançadas as bases, assim hoje um conjunto de medidas necessárias para que qualquer governo possa funcionar.

ESP. — E que são essas linhas gerais?

C. M. — As linhas gerais que estão apontadas serão "três bases", que são estas e que é o meu "programa" de 4 meses, assim os em três colunas: aproveitar as estruturas hospitalares existentes, nomeadamente os hospitais distritais; a transformação dos serviços médicos locais da Previdência em unidades médicas de base; e a racionalização dos serviços de Saúde Pública. A par destas 3 colunas, temos uma série de diplomas que têm as bases que precedem a unidade a nível horizontal dentro 3 colunas verticais.

Impossível fazer executar as decisões

ESP. — Estamos que apontar um máximo em propostas existentes no país, não é para poupar dinheiro como dissemos, isso passou essencialmente pela reorganização de toda a estrutura hospitalar, nomeadamente reduzir a nível dos hospitais distritais, levando os serviços existentes existentes como a base e parte da qual se iria fazer uma cobertura da mesma periferia, ou seja a nível de conselho. E tentou realizar que foi cerca de 15 dias em reorganização que a Portugal se está a fazer exactamente a mesma coisa... Podemos, a partir dos hospitais distritais, fazermos a cobertura da mesma periferia, ou contrário certas opções de magistério que afirmam que as pessoas têm de ser colocadas numa mesma periferia, enquanto se que de não têm, em total, mais

de 8000 das redes distritais. Temos é que aproveitar os todos dos distritos, e criar as zonas de cobertura de forma a criar uma cobertura médico-sanitária capaz de funcionar. Isso seria formal pelo menos na primeira fase, com total cobertura de cobertura.

ESP. — Estamos perfeitamente igual a conselho, e periferia...?

C. M. — Periferia, considerando a nível de distrito.

ESP. — Entendendo-se um despacho em que disse que os médicos tinham que se colocar no nível dos distritos, esse despacho já teve cumprimento?

C. M. — Esse despacho já teve cumprimento. Ele estava já regulamentado, mas sempre há critérios de Estado da Saúde e das necessidades que os médicos políticos, para continuarem a ser uma medicina hospitalar, seriam obrigados a prestar um ano de

serviço na periferia. Isso já está a funcionar e eu tive que reformular um determinado número de medidas neste particular. Isso que Portugal teria que de outra primeira fase Roberts em termos médicos sanitários a nível de estrutura-sanitária. Isso que o relacionamento com os políticos e com a Direcção Geral dos Hospitais e com a Direcção Geral de Saúde, tentamos apertar esse processo que já tinha uma certa base de funcionamento de natureza a não só por políticos portugueses sem qualquer capacidade de um trabalho técnico a nível de estrutura-periferia, desde então a partir dos centros distritais se cobrem os vários distritos.

ESP. — Políticos é o chamado médico de clínica geral?

C. M. — Não se trata primeiro anos de estrutura médico-hospi-

A integração da Previdência

forma nacional e de acordo com as necessidades existentes a nível dos vários distritos.

Nesta primeira fase, foram há as possibilidades e que demonstramos como eles disse, poderia dentro do pouco tempo ter entrado no Conselho de Ministros para ser aprovado e começamos, a partir de Outubro, e foi uma cobertura médico-sanitária com todos os recursos, com todas as possibilidades.

Sob as condições médicas locais da Previdência, havia um diploma legal que era o MR/74 de 6 de Novembro que dizia que os serviços médico-sanitários da Previdência passavam para a Secretaria de Estado da Saúde. O problema estava na prática e quando o meu Gabinete tomou posse foi das primeiras preocupações, a imediatamente foi encontrado um grupo médico-administrativo para dar continuidade a esta mudança legal. Nesta altura também já temos um diploma que terá um inventário de

todos os serviços e pessoal que interessa transferir da Previdência para a Saúde com programa preferencialmente estabelecido de forma que em Dezembro, o mais tarde, a Previdência cessa, sob a supervisão do médico político, totalmente transferido para a Saúde e as antigas Casas, ou hospitais, são podem existir e tinham ideia de transformar em hospitais sanitários quando que eles devem ser centros de tratamento integrados nos Centros de Saúde, é um um Centro Hospitalar comunitário que já tem capacidade de ser reconstruído em hospital distrital, tiramos então reconstruído.

ESP. — Quem vai para o Centro de Interação e quem vai para o Hospital Distrital?

C. M. — As vantagens eram duas. Foi um lado, em termos de utilização de serviços tanto unidades médicas de base, dentro de um local de prestação dos serviços hospitalares e por outro lado, os beneficiários não continuavam a andar por distritos completamente distantes, passando temporariamente em centros, antigos e outros novos, nomeadamente que seriam retardar mesmo toda uma série de medidas concretas num campo médico.

O primeiro passo chegou ao Serviço de Saúde Pública, nomeadamente, em Portugal, há cerca de 100 Centros de Saúde, o maior parte dentro Centros de Saúde tinham entre os chamados hospitais comunitários, e que não consideramos um um caso. Os hospitais comunitários em linguagem hospitalar, não podem existir e tinham ideia de transformar em hospitais sanitários quando que eles devem ser centros de tratamento integrados nos Centros de Saúde, é um um Centro Hospitalar comunitário que já tem capacidade de ser reconstruído em hospital distrital, tiramos então reconstruído.

ESP. — Quem vai para o Centro de Interação e quem vai para o Hospital Distrital?

C. M. — A partir dos Centros de Saúde, há brigadas móveis de unidades que fazem um determinado número de actividades a nível de atenção ao mesmo nível de medicina periferia. As bases são brigadas, tentado e que poder ser

a nível de distribuição da medicina, cada vez mais deve ir ao encontro do médico e não o contrário, como os Centros de Saúde. O caso que não podem ser tratados em casa, passam para os Centros de Saúde. Os Centros de Saúde têm o tal Centro de Interação que era o o Hospital Comunitário, para aquelas doenças raras, que precisava de 3, 4, 5 dias, uma semana no máximo de internamento; se a doença persistia de cuidados mais especializados, então esse doente entrava num Hospital Distrital. Se o doente necessitava de cuidados mais sofisticados, então era internado num Hospital Central.

E o facto de não haver brigadas em periferia, a nível de periferia, que dá origem ao alargamento dos Hospitais Comunitários. Temos de ter em conta que cada uma hospitalar tem de ser extremamente bem aparelhada porque o médico está e já não tem condições para continuar a criar os ritmos que até hoje tem existido.

EXP. — Com esse problema logo vai que é também O dos Bancos, especialmente o do S. Ind. —

CM. — Também temo também sobre um assunto muito que eu a reafirmação dos serviços de vigilância, que têm de ser colocados em termos estratégicos, O Banco do S. Ind para já tem de ser mantido, lá, aliá, lá um despacho no sentido de dar uma cobertura de cerca de 18000 contos para a reorganização do Banco do S. Ind, setores de futuro, os serviços de vigilância visam a ser equacionados em termos diferentes. Não poderemos continuar a manter uma vigilância, única e conjuntamente, ao nível do Banco do S. Ind e do S.ª Maria, para láir lá em Lisboa, quando temos a evidente possibilidade de comprimir o sistema de serviços de vigilância

EXP. — Essa falta de operacionalidade de que se queixa em que modo que ultrapassaram o Conselho de Revolução, em termos de que há uma responsabilidade directa do mesmo e de outras sociedades?

CM. — É evidente que não existe a autoridade, ultrapassaram imediatamente esse momento o próprio Conselho de Revolução, há lá a seguinte situação: quando se trata de certos momentos e em que

capazes de dar resposta a problemas de primeira ordem em momentos determinados (crises, acidentes de segurança, que poderiam e deviam ser tratados a nível do hospital distrital e não só, em virtude desses hospitais, de momento, não temos a mínima capacidade de resposta a esses problemas. Daí que o Banco do S. Ind seja o paradigma que temos e que tenha necessidade de ser totalmente reformulado. Para que também não continue a viver num sistema de superproteção, temos de criar outros serviços de vigilância em lugares estratégicos e promover uma parte já em dois, local e S.ª Maria.

EXP. — Tendo em conta a Grande Lisboa e a Grande Porto, como eram criados, que para vigilância quer para outros objectos,

E os bancos?

hospitais regionais como o de Coimbra ou de Vila Franca, que estão ligados ao do Alameda, Lisboa ou Setúbal e que portanto poderão ter uma função de desconcentração em relação aos Hospitais Centrais?

CM. — Esses hospitais que referiu estão na coluna dos hospitais distritais. O hospital distrital é uma concepção universal que abrange a um hospital polivalente geral, que faz a cobertura de uma determinada área, com uma população entre 300 000 e 250 000 habitantes e que tem uma localização entre 450 e 500 camas. Isto independentemente da divisão administrativa. Os novos hospitais deviam ser não só, estão equacionados em termos completamente errados. O nível de localização é a volta de 300 camas e não neste momento já tinhamos 11 hospitais completamente pro-

gramados nestes novos termos que acabam de definir.

EXP. — A localização deve necessariamente a que exigimos de distritos?

CM. — Todos os capitais de distrito tinham um hospital distrital. Entretanto, há, posso referir-me a um que está para abrir há três anos, um hospital maravilhoso, novo, de nível europeu e que estava ligado por problemas de ordem técnica que hoje, juntamente com a Secretaria das Obras Públicas, dentro um dia de trabalho no campo, em Avô, resolvemos o problema e que vai ser o novo destino de 8 meses. É o Hospital de Avôis.

EXP. — Em relação ao Conselho de Revolução, concretamente, este Planeamento. Qual foi a reacção? Lembrou-se perfeitamente de

uma intervenção de capital-dinheiro e gestão e a nível do Correio, que certamente irão promover com as várias linhas programáticas e dizer que era esta a via pela qual deviam avançar, e julgo portanto que o meu Gabinete estava na posição correcta, assim diversos possibilidades de trabalho. Desde que esse governo não fosse capaz de assumir que o meu lugar de Secretário de Estado é um lugar público. Não posso admitir que ganhasse cerca de 18 000000 por mês, não sei como que o País atravessa grandes dificuldades, e não consigo a ser 100% operacional. Como essa operacionalidade me ultrapassava, eu não tenho que me demorar dado que não é por incapacidade.

É operacional, não posso estar a ser um lugar de adorno, de presépio e nada mais.

Quem manda em quem?

— Quem manda em quem? Pergunta-se aqui que quem é que o Conselho de Revolução e os vários Governos. Provavelmente não foram responsáveis para que tivessem chegado a esse momento, extremamente rápido de talves de lácio quem é que manda lá fora não? Partamos o Governo através a ligação com problemas não de ordem técnica, porque até é composto por pessoas, de sua maneira, extremamente competentes, mas quando chega a hora de efectivar, os projetos não têm o mínimo de

colaboração actividade e portanto o Governo não funciona. Lá fora não que disse há pouco, no chamado primeiro episódio em que todo é discutido, isto não é de modo nenhum uma falta de respeito pelas populações ou pelas instituições, pelo menos que as pessoas devem discutir os problemas, mas há determinados decisões que devem competir aos Governos, sendo essas não tinham sendo de direito.

EXP. — Presso em relação ao

seu projecto? Quais eram as regras previstas no seu plano?

CM. — Há linhas principais que não foram ultrapassadas, não vai a pena estar a enumerar-las, há cerca de vinte sectores correspondentes a cerca de vinte diplomas legais que dão força e vida às linhas programáticas. Fomos que não tivemos opinião, em Outubro estaria a entrar em fase de andamento e ao fim das 10 horas seria em Dezembro.

EXP. — Por exemplo, o pro-

grama de desconcentração dos Bancos?

CM. — O desconcentramento dos Bancos não um problema muito em termos. Para já, politicamente e sendo dois aspectos muito importantes e passagens efectivas dos Serviços Técnico-Administração de Finanças para a Saúde e a Colaboração Técnico-Saúde do País, técnicas de todos os procedimentos, de acordo com as necessidades dos quadros dos hospitais distritais.

A descentralização

EXP. — Como funcionava isso na prática?

CM — Reformularam-se os quadros dos hospitais centrais, em paralelo com os quadros dos hospitais distritais. Abriam-se concursos e não passavam administrativas — foi essa uma das coisas com que acabei na Secretaria de Estado em qualquer escalão ou extracto sócio-profissional dos trabalhadores da Saúde — e o excedente dos hospitais centrais, para poderem pertencer ao Serviço Nacional de Saúde, tinham que optar pelos hospitais distritais. Se não quisessem sair dos centros, perdíamos seu lugar no Serviço Nacional de Saúde.

EXP. — Mas podiam fazer clínica privada?

CM — Claro. Várias vezes em público eu disse que a clínica privada tem de ser mantida, quer a nível de consultório, quer de hospitalização privada porque não há nenhum governo, em nenhuma parte do Mundo, que tenha capacidades de acuar com a responsabilidade de fazer uma cobertura médico-sanitária a nível nacional, embora tenha que ser controlado quer em termos de ordem técnica, quer em termos de ordem financeira pelo sector estatal. Será melhor ou pior de acordo com a capacidade de resposta do sector estadual.

EXP. — Como pensa que se poderia obviar ao problema de serem os recém-formados que iriam ser empurrados para os quadros concelios?

CM — Quando tivéssemos todas as categorias que a periferia e a extrema periferia exigem, dentro do sector médico e não só, é evidente que estas áreas, os mais novos não se sentiriam fruto de uma atitude de segregação mas estariam cumprindo uma rotina. Como nos países civilizados por aí fora, as pessoas começam por fazer a sua experiência a nível de periferia e depois sucessivamente, de acordo com as suas capacidades, acabam por obter os lugares mais centrais, exactamente ao contrário do que cá se passava em que as pessoas começam a fazer a sua vida a nível central e só mais tarde é que optavam pela periferia, por diversas razões de ordem familiar ou material e não de carreira.

EXP. — Haveria era o risco de uma incompetência nesses da periferia?

CM — Não havia porque fazendo a cobertura de acordo com este diploma e com as linhas apontadas, a periferia fica totalmente coberta com todas as valências capazes de dar não só uma cobertura médica ou sanitária capazes de ser bons como por outro lado manter um bom nível do ensino pós graduado. Numa fase ulterior, o ensino pré-graduado seria extensivo aos hospitais distritais. Foi também uma medida proposta por nós, a institucionalização do ensino médico, na fase pré-graduada, nos hospitais centrais. Apresentámos ao MEIC uma

reformulação de todo o ensino médico, no documento correspondente ao Anexo B. Ainda se continuam a equacionar os termos médicos em relação apenas aos hospitais e isso não só é um erro, como por outro lado não dá resposta às necessidades do País. Precisamos de um défice actual de cerca de 300 médicos, contando com as quebras precisávamos, portanto, de jornadas anuais a nível nacional de cerca de 1000 alunos. Se não fôr instituído um número classes, não teremos dentro de pouco tempo, um sub-emprego, a nível médico e por outro lado técnicos horrosamente preparados, ao que, aliás, já vamos assistindo.

EXP. — Quantos médicos há?

CM — Há 10 255, em que b 700 são clínicos gerais.

EXP. — Quanto são precisos para as necessidades actuais?

CM — Os que há chegam perfeitamente para as necessidades em preço e descentralizados, distribuídos de uma forma equitativa.

EXP. — E estas medidas que

voce aposta seriam o necessário para os descentralizar?

CM — Exacto.

EXP. — Também se encorou a reestruturação das carreiras de enfermagem e de outros técnicos ligados à medicina ou só de médico?

CM — Isto para já era em relação às necessidades médicas. O levantamento dos técnicos, é uma medida importante, já a fizemos a nível de médicos, vamos fazê-la a seguir, a nível de enfermagem, pessoal administrativo e técnicos paramédicos. Estão neste momento, também já estruturadas as carreiras do pessoal de enfermagem, dos administradores e dos técnicos paramédicos. Nunca poderíamos fazer uma cobertura médica sanitária capaz, obtendo apenas para o sector médico. Todos os extractos sócio-profissionais têm de ser tratados da mesma forma, mas tínhamos que começar por algum lado e, dado que em médicos tínhamos o número suficiente, e já tínhamos reestruturada uma carreira hospitalar, começámos por aqui.

Reestruturação do ensino

EXP. — Também se encara a substituição de médicos por pessoal paramédico, visto a «especialidade» ser um conceito hoje de certo modo posto em questão...

CM — Eu não diria a substituição dos médicos por pessoal paramédico mas sim estimular o país, o aparecimento de técnicos, não só com nível universitário mas com outras diferenciações. Sobreretudo, a nível de técnicos sanitários para que possam ingressar em equipas polyvalentes que juntamente com os médicos permitam uma cobertura capaz médico-sanitária. Este espírito estava presente neste documento da reformulação do ensino médico em que dividimos o ensino em duas fases distintas: o chamado ciclo básico, e o chamado ciclo diferencial. O ciclo Básico compõe-se de três anos e permite ao fim de três anos, dar saída para várias licenciaturas, não obrigatoriamente médicas, como por exemplo biologia, bioquímica, biofísica, farmácia, veterinária, etc. E, entretanto, os restantes iriam completar os três anos seguintes num chamado ciclo diferencial.

EXP. — Isso ainda é projecto?

CM — Não. Está aqui o diploma, já cerca de um mês chegou no MEIC. Espero que o MEIC olte para ele com bastante atenção porque, como não foi feito por mim, faço a vontade, considero uma medida extremamente progressista.

EXP. — Em relação à psiquiatria, continua a ser necessário o curso médico? Serão talvez esses três anos e depois mais que?

CM — Em relação à psiquiatria, para já o que estávamos a fazer, e que está apontado neste livro branco era o desmantelamento do IAP. A psiquiatria incipientemente mantém características hospital-assilares, o que é um erro, e se há sector médico, e não só, que tenha

que se virar cada vez mais às comunidades e o sector da psiquiatria. Nós temos de ter centros de saúde mental, ou seja sectores de saúde de forma a permitir resolver determinadas situações sem o internamento. Se houver uma psiquiatria comunitária capaz, nós resolveríamos os problemas junto com as populações. Eu tive contacto com o Instituto de Assistência Psiquiátrica em que apontei estas linhas mestras: o desmantelamento do IAP, reforma imediata para a periferia da psiquiatria, com incidência nos centros de saúde mental; eles concordavam inteiramente e estavam para me entregar dentro de uma semana a reformulação, para depois entrarmos na prática, destas medidas apontadas.

EXP. — Só mais duas perguntas. Não tem pena de sair e não se ir para a breche nestas medidas?

CM — Pena tenho. Deixar um trabalho a meio que se não tivesse com alguma honestidade penso que faz pena a qualquer indivíduo. É evidente que em certos políticos eu não estava agarrado à cadeira. Ser Secretário de Estado foi um episódio na minha vida de médico. É portanto, só poderia ter desgosto se sentisse que saía por outras razões, e que não as de impossibilidades de funcionar como deveria ser. Assim, vejo com alívio a minha saída, em vez de manter-me numa coligação governamental, que de coligação só tem um nome. Eu sentia-me extremamente mal por pertencer a essa coligação.

EXP. — Está arrependido de ter entrado?

CM — Não estou arrependido de ter entrado, porque se não tivesse entrado não teria tido possibilidades de analisar a minha saída. Quando entrei acrediei que pudesse fazer qualquer coisa.